

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO — FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPGPLAN**

ANA CAROLINA MARTINS SILVA

**OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO: MULHERES E LUTAS POR MORADIA EM
FLORIANÓPOLIS – SC**

FLORIANÓPOLIS

2022

ANA CAROLINA MARTINS SILVA

**OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO: MULHERES E LUTAS POR MORADIA EM
FLORIANÓPOLIS – SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – MPPT da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Canella
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Gláucia de Oliveira Assis

FLORIANÓPOLIS

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Silva, Ana Carolina
OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO ; MULHERES E
LUTAS POR MORADIA EM FLORIANÓPOLIS, SC / Ana
Carolina Silva. -- 2023.
91 p.

Orientador: Francisco Canella
Coorientadora: Gláucia de Oliveira Assis
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2023.

1. Gênero. 2. Florianópolis. 3. Luta por moradia. 4.
Mulheres. 5. Ocupação. I. Canella, Francisco . II. de Oliveira
Assis, Gláucia. III. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental. IV. Título.

SILVA, Ana Carolina Martins. **Ocupação Marielle Franco**: Mulheres e lutas por moradia em Florianópolis – SC. 2022. Dissertação de Mestrado - UDESC, 24 de outubro de 2022.

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se

ANA CAROLINA MARTINS SILVA

**OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO: MULHERES E LUTAS POR MORADIA EM
FLORIANÓPOLIS – SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – MPPT da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Canella

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Gláucia de Oliveira Assis

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Canella
UDESC

Membros:

Prof.^a Dr.^a Renata Rogowski
UDESC

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Sugai
UFSC

Florianópolis, 24 de outubro de 2022.

A todas as mulheres que são lideranças e trazem força para a luta por terra e moradia digna e inspiram tantas outras mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por todo apoio e compreensão, sempre estiveram ao meu lado e me incentivaram na busca desse sonho.

Ao meu orientador prof. Dr. Francisco Canella, pela oportunidade e paciência em me acompanhar nessa trajetória e dividir seu conhecimento e me guiando na pesquisa. Agradeço também minha coorientadora prof. Dra. Gláucia de Oliveira por ter depositado sua confiança em meu trabalho e agregar meu trabalho com sua vivência e visão de mulher.

Aos meus queridos amigos que me acompanharam nos meus altos e baixos e muito me escutaram falar sobre a vida acadêmica e todas as dificuldades e entusiasmos que tive durante esse caminho.

Á todas as mulheres da ocupação Marielle Franco especialmente àquelas que me concederam as entrevistas por dividirem sua história e parte da sua luta comigo. Com certeza esse contato foi importante para o meu trabalho, mas principalmente como cidadã e na construção da minha visão de mundo. São nesses momentos que eu sinto que valeu a pena todo esse percurso, para dar a voz a essas mulheres.

Agradeço aos professores do PPGPLAN pelo acolhimento e por compartilhar o mundo acadêmico.

RESUMO

As relações de gênero e classe ganharam visibilidade no debate sobre a questão da habitação e o processo de desenvolvimento urbano informal dos grandes municípios do país. A forma como ocorreu o processo de urbanização do Brasil, somado ao alto preço das habitações devido aos interesses do mercado imobiliário, deixam as cidades com expressivas desigualdades socioespaciais e parte da população sem acesso à moradia. No entanto essa discussão se torna mais complexa quando se trata das mulheres, e as contradições vivenciadas por elas cotidianamente no espaço urbano, limitam seu direito à cidade. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção das lideranças femininas da Ocupação Marielle Franco e a luta por moradia em Florianópolis. Em relação aos objetivos específicos, a dissertação aborda os fatores históricos que contribuíram para o processo de segregação socioespacial em Florianópolis, compreender a história da Ocupação Marielle Franco e da luta por moradia no espaço urbano de Florianópolis, analisar as narrativas das lideranças do movimento da Marielle Franco para compreender o processo de ocupação, luta e resistência, além de relacionar os processos socioespaciais que revelam as desigualdades de gênero na cidade às análises das narrativas das mulheres da Ocupação Marielle Franco. A metodologia aplicada são as entrevistas semiestruturadas com moradoras da ocupação Marielle Franco, com intuito de compreender as consequências do processo de urbanização no Brasil, bem como a luta pelo direito à cidade e a moradia digna.

Palavras-chave: Gênero, Florianópolis, Luta por moradia, Mulheres, Ocupação.

ABSTRACT

The gender and class relations have gained visibility regarding the debate about housing and the process of informal urban development in the great cities around Brazil. The way the urbanization process has occurred in the country, in addition to the high prices of housing due to real estate market interests, has left the cities with expressive socio-spatial inequalities and part of the population with no access to housing. However, this discussion becomes even more complex when it's about women, and the contradictions lived everyday by them in the urban space, which limit their access to the city. Therefore, this research main objective is to analyze the perception of female leadership in the Marielle Franco Occupation and their fight for housing in Florianópolis. Regarding the specific goals, this dissertation encompasses the historical facts that have contributed to the progress of socio-spatial segregation in Florianópolis, understanding the history of Marielle Franco Occupation and their fight for housing in the urban space of Florianópolis, to analyze the movement's leadership narratives in order to grasp the occupation, fight and resistance process, besides relating the socio-spatial processes that unveil gender inequalities in the cities to the narratives analyzes coming from the women at Marielle Franco Occupation. The applied methodology are the semi-structured interviews with inhabitants of the Marielle Franco Occupation, aiming at understating the consequences of Brazilian urbanization process, as well as the fight for the right to the city and decent housing.

Keywords: Gender, Florianópolis, Fight for Housing, Women, Occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Ocupação Marielle Franco no Maciço do Morro da Cruz no município de Florianópolis/SC	17
Figura 2 - Concentração populacional por extremos de renda - 2010.....	47
Figura 3 - Ocupação Marielle Franco	52
Figura 4 - Quando ocorreu pedido de reintegração de posse da ocupação.....	53
Figura 5 - Localização da Ocupação Marielle Franco	54
Figura 6 - Três casas destruídas na Ocupação Marielle Franco	55
Figura 7 - Arte na Ocupação Marielle Franco.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGPLAN	Programa de Pós Graduação de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental
TJ	Tribunal da Justiça
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	A LUTA POR MORADIA NO BRASIL: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA.....	20
2.1	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, PLANEJAMENTO URBANO, MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO.....	20
2.2	OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL.....	28
2.3	PLANEJAMENTO URBANO: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	30
2.4	SEGREGAÇÃO E OCUPAÇÕES URBANAS NO BRASIL	37
2.5	SEGREGAÇÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS E O SURGIMENTO DA LUTA POR MORADIA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.	OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO – SUA HISTÓRIA E SUA LUTA	51
3.1.	A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO	51
3.2.	A HISTÓRIA AOS OLHOS DA ALICE	57
3.3.	A HISTÓRIA AOS OLHOS DE SÔNIA	65
3.4.	A HISTÓRIA AOS OLHOS DA MARIA.....	72
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado insere-se na esfera das pesquisas que relacionam gênero à “dinâmica socioespacial”, onde se visa compreender como as ocupações de áreas irregulares em Florianópolis evidenciam dificuldades com o processo de segregação e o problema habitacional, permeado pela presença significativa de mulheres em sua base e liderança no movimento de luta por terra e moradia

Quando ouvimos falar de mulheres e direito à cidade, alguns temas emergem, como cotas nos espaços de representação dos conselhos das cidades, titularidade preferencial às mulheres nos programas de provisão habitacional e regularização fundiária e construção de creches. No entanto, não está em discussão a complexidade e as contradições vivenciadas pelas mulheres cotidianamente no espaço urbano, que limitam seu direito à cidade. A invisibilização de suas experiências, suas práticas e seus interesses são notórios. Lidar com as contradições de gênero impõe desafios significativos, especialmente quando levamos em consideração as variações espaciais.

A segregação socioespacial é consequência do processo de urbanização excludente e resultado dos interesses de uma classe dominante, evidenciando o problema habitacional para uma parcela cada vez maior da população, não deixando uma alternativa a não ser se alocar /ocupar em áreas irregulares e vulneráveis. Entretanto, o problema habitacional não é igual para homens e mulheres. Levy (2013) destaca que a casa tem um significado diferente de acordo com o gênero. Enquanto para as mulheres e seus filhos a casa representa um espaço de segurança e estabilidade, para os homens significa uma fonte de capital. Portanto, o estado de insegurança e precariedade das condições habitacionais de muitas brasileiras possibilitam questionar a “neutralidade” do planejamento urbano, ilustrando a necessidade de repensar as políticas públicas de moradia em ligação com a questão das relações sociais de gênero (LEVY, 2013).

Isso se concretiza ainda mais nas áreas de ocupações irregulares que abrigam populações em vulnerabilidade social. Na Grande Florianópolis, como em outras capitais, tais áreas têm se expandido.

Assim como em outras cidades brasileiras, no processo de urbanização de Florianópolis também é presente o urbanismo neoliberal¹ e as reformas constitucionais, juntamente com a falta de investimento em políticas sociais da época. Retomando as práticas vinculadas aos movimentos sociais por habitação e a relação delas com o poder público, consequências sociais do modelo econômico e da conjuntura política afetaram o planejamento e a realidade urbana de Florianópolis (SUGAI, 2015).

O município de Florianópolis, localizado no litoral de Santa Catarina, está inserido em um quadro de inúmeras e valorizadas paisagens naturais. Conseqüentemente, o turismo cresce ano após ano na cidade, principalmente na temporada de verão. A presente pesquisa traz autores como Canella, Marcia Fantin, Lino Peres, Maria Ines Sugai e Miriam Santini, que descrevem como o local foi se tornando cada vez mais procurado pelos turistas. Somados aos investimentos públicos em infraestrutura, esse fenômeno provocou uma crescente especulação imobiliária, tornando cada dia mais difícil o acesso à moradia das populações de baixa renda da capital catarinense.

Neste contexto, em meados da década de 1980, os movimentos de luta por moradia começaram a se organizar, entre eles o Movimento dos Sem-Teto de Florianópolis, que colocavam em debate as disputas presentes na ilha e na área conurbada na década de 90, ficando alheias às expectativas projetadas pela classe dominante. Os as pessoas sem teto organizadas promoveram ocupações no município de Florianópolis em 1986. Segundo Canella (2017), o surgimento de novas áreas de moradia e a expansão de antigos bairros alteraram a fisionomia urbana da área conurbada.

Nesse processo, modificou-se também o perfil dos moradores e a dinâmica política da cidade com o ingresso de novos protagonistas na cena pública, como a entrada de mulheres na liderança do movimento e a forte presença de migrantes entre

¹ Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, regularia também a ordem econômica. Sua implantação pelos governos de vários países iniciou-se na década de 1970, como principal resposta à Crise do Petróleo e é o principal sistema econômico da atualidade (PENA). Como resposta política à recessão mundial da década de 1970, tendo em vista o declínio da indústria tradicional de produção em massa, o neoliberalismo se tornou a forma política e ideológica dominante do capitalismo. Nesse sentido os grandes projetos urbanos (urbanismo neoliberal) são relacionados com o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, mais precisamente, como possíveis instrumentos ideológicos da política neoliberal (BRENNER; THEODORE, 2002).

os sem-teto. Ao longo de duas décadas, articularam-se às localidades surgidas de ocupações espontâneas, que se encontravam em lutas pela regularização da posse (CANELLA, 2017).

Diante disso, Florianópolis foi escolhida como cenário para a realização desta pesquisa, cujos mecanismos do mercado imobiliário exercem cada vez mais controle sobre o uso do solo e determinam o acesso à propriedade privada pela taxaço do preço da terra. Conseqüentemente, também surgiram outros problemas urbanos complexos, como a segregação urbana e as ocupações informais, assim como a precariedade das condições de moradia.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a percepção das lideranças femininas da Ocupação Marielle Franco sobre a luta por moradia em Florianópolis. Para alcançar esse propósito, buscou-se conhecer as trajetórias das lideranças na luta por moradia, possibilitando uma reflexão crítica sobre as contradições de gênero no espaço urbano, especialmente em áreas vulneráveis.

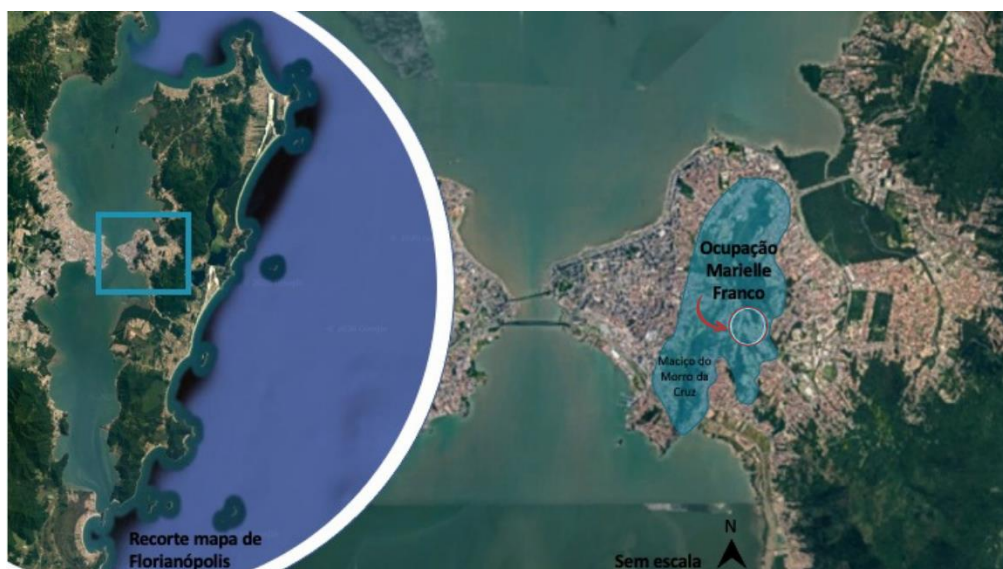
A Ocupação Marielle Franco é um exemplo de como interesses e problemas urbanos estão territorializados e refletem na transformação e no uso social da cidade. O local foi escolhido como recorte a ser estudado devido à sua importância no contexto atual da problemática habitacional em Florianópolis, pois, de acordo com Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, existem quase 15 mil famílias que declaram não terem condições financeiras de garantir seu direito à moradia.

A ocupação fica localizada no Maciço do Morro da Cruz², próxima a área central da cidade. Uma parte se encontra em uma área pública na qual estava prevista a construção de moradias populares pela prefeitura e a outra parte em um terreno que pertence a um grande proprietário particular de terras. Trata-se de uma localização privilegiada e de grande interesse imobiliário à sua proximidade com os bairros de classe alta e média que a cercam. O acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho se tornou um forte elemento de atração de novos moradores. Assim, as primeiras casas começaram a aparecer de forma espontânea e sem organização no

² O Maciço do Morro da Cruz (MMC) está localizado na região central de Florianópolis/SC e é composto por dezesseis comunidades, sendo elas: Mariquinha, Rua Ângelo Laporta, Monte Serrat, Rua José Boiteux, Tico Tico, Rua Laudelina da Cruz, Morro do 25, Vila Santa Vitória, Morro do Horácio, Vila Santa Clara, Morro da Penitenciária, Serrinha, Morro da Queimada e Jagatá, Alto da Caeira, Morro do Céu e Mocotó. Segundo dados oficiais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, há cerca de 22.566 habitantes numa área total de 2.151.000 m², sendo a área ocupada por 657.000 m² (DREYER, 2019).

início da década presente. Segundo um levantamento feito por Canella (2018), são mais de 120 famílias que vivem na região, sendo que cerca de 20 ocupam a área pública e 80 o terreno privado (CANELLA, 2018).

Figura 1 - Localização da Ocupação Marielle Franco no Maciço do Morro da Cruz no município de Florianópolis/SC



Fonte: Google Earth (2021). Elaborado pela autora.

As investigações acerca dos movimentos populares e ocupações urbanas em Florianópolis, como a Ocupação Marielle Franco, oferecem um quadro analítico para compreender as consequências do processo de urbanização no Brasil, bem como a luta pelo direito à cidade e moradia digna.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção das lideranças femininas da Ocupação Marielle Franco e a luta por moradia em Florianópolis. A investigação dessa problemática permite agregar à produção de conhecimento para a área do planejamento urbano e habitacional, contribuindo para a ampliação do debate dos temas colocados, trazendo um olhar de gênero sobre o planejamento.

Os objetivos específicos para compreender como essas disputas acontecem são:

- Pesquisar os fatores históricos que contribuíram para o processo de segregação espacial em Florianópolis;
- Compreender a história da Ocupação Marielle Franco e da luta por moradia no espaço urbano de Florianópolis;
- Analisar as narrativas e as trajetórias de vida das lideranças femininas do movimento da Marielle Franco para compreender o processo de ocupação, luta e resistência que revelam as desigualdades de gênero na cidade.

Como plano metodológico principal, essa pesquisa qualitativa procurou por meio de entrevistas semiestruturadas com líderes femininas compreender a perspectiva das mulheres da Ocupação Marielle Franco em relação à luta por moradia na cidade de Florianópolis. As mulheres relataram suas vidas, como elas começaram a participar do movimento de luta por moradia, o papel delas no movimento e o significado para elas no geral. Esse estudo está inserido em um projeto de pesquisa mais amplo chamado *As Lutas por Moradia e a Participação das Mulheres: histórias de vida de lideranças em Florianópolis e Lisboa* e coordenado por Francisco Canella. Nele foram feitas várias entrevistas e coletas de dados utilizados como fonte nessa pesquisa, dentre eles as três entrevistas utilizadas nesse trabalho.

Por conta da pandemia de Covid-19, algumas entrevistas com as lideranças tiveram de ser feitas de forma online através da plataforma *Google Meet*. Os nomes das entrevistadas são fictícios para preservar a identidade das mulheres que colaboraram com esse trabalho. Além disso, foi feita uma análise interpretativa dos dados e o cruzamento deles com uma revisão de literatura em fontes secundárias a fim de explicar o desenvolvimento da cidade e as questões que permeiam a abordagem crítica da segregação urbana e da problemática habitacional de gênero e direito à cidade.

Objetivando construir uma linha discursiva para nortear a leitura do trabalho, apresenta-se inicialmente uma construção teórica para o entendimento de “espaço, e como ele pode ser estruturado, assim como participa das transformações sociais, passando pela questão de gênero como um ponto chave de discussão do problema de habitação e luta por moradia. Também é feita uma investigação de temas, como a

história da urbanização e da segregação no Brasil para compreender como a esse panorama influenciou e se relacionou com o histórico da segregação e as trajetórias de vida dos moradores/as das ocupações urbanas em Florianópolis. O texto também traz como fonte dados obtidos no já citado projeto de pesquisa *As Lutas por Moradia e a Participação das Mulheres: histórias de vida de lideranças em Florianópolis e Lisboa*.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo se trata da introdução, onde apresenta o problema da pesquisa, os objetivos, a metodologia utilizada. O segundo capítulo é traz a luz temas como a produção do espaço urbano e sua relação com os movimentos sociais e uma revisão bibliográfica de autores que abordem temas como: o Histórico das ocupações urbanas no Brasil e o planejamento excludente. No terceiro capítulo será discutida a história da urbanização e segregação espacial em Florianópolis, assim como dos movimentos de luta por moradia e a participação das mulheres. No quarto capítulo será feita uma investigação sobre o histórico da Ocupação Marielle Franco e suas lutas pelo direito à moradia, através da análise das narrativas das lideranças femininas moradoras da comunidade e suas expectativas. Por fim, com esses passos, busca-se apresentar uma interpretação dos resultados obtidos no decurso da pesquisa. Desta forma busca-se demonstrar as relações entre a ocupação estudada e o espaço urbano que habitam e se apropriam e o que permitem pensar sobre planejamento, assim como as contradições de gênero ali presentes, especialmente quando levamos em consideração as variações espaciais.

2. A LUTA POR MORADIA NO BRASIL: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA

Neste capítulo, é realizada a revisão bibliográfica de autores que abordam temas como o desenvolvimento territorial no Brasil, o planejamento urbano em cada período da história brasileira e os motivos de ele ser excludente. Procura-se entender ainda o poder estatal no território em um contexto capitalista e refletir sobre a relação do Estado com o território por meio do planejamento, visando contribuir para a compreensão da dimensão espacial do desenvolvimento e das decisões políticas que afetam o território.

Posteriormente, o histórico das ocupações urbanas no Brasil é revisado como consequência de uma segregação espacial derivada de anos de planejamento urbano voltado apenas para os interesses da classe dominante.

2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, PLANEJAMENTO URBANO, MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO

No Brasil, vivenciamos inúmeras desigualdades sustentadas por uma frágil esfera pública e como produto de uma lógica de dominação social e de manutenção de privilégios de uma classe dominante. Partindo dessa lógica, Milton Santos (2005, p. 123) destaca que o poder não age apenas de forma indireta, atuando também de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que prometendo solucioná-los³. Todo essa problemática gera reações na questão da habitação e, conseqüentemente, na luta por moradia.

O que se denomina como luta por moradia envolve um conjunto amplo e variado a respeito do tipo de demanda e das formas de mobilização e organização que engloba desde movimentos por regularização fundiária, luta por melhoria de condições de moradia e por infraestrutura e equipamentos urbanos até movimentos organizados de ocupações de terras (GOHN, 1991). Os movimentos de luta por moradia podem se desenvolver sob a forma de ocupações previamente organizadas

3 O modo de produção é a forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção do homem. O território, por sua vez, representa o espaço de poder. Segundo Milton Santos, o espaço reproduz a totalidade social, na medida que essas transformações são determinadas por necessidades, sociais, econômicas e políticas, ou seja, o espaço é a matéria trabalhada por excelência

ou de forma espontânea e sem planejamento coletivo prévio (CANELLA, 2020 pág. 122).

Esses movimentos emergiram com força na cena política nacional a partir da década de 1980, durante o processo de redemocratização do país. Esse período foi marcado por baixo crescimento econômico, alto índice desemprego e recuo das políticas públicas e sociais. Concomitantemente, floresceu uma nova agenda na política urbana em conjunto com movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos e urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares e prefeitos, formando uma plataforma de reforma urbana (MARICATO, 2013).

Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura militar surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. É neste momento que uma nova geração de movimentos urbanos se consolida e nasce um dos principais movimentos de luta por moradia que atua até hoje: o Movimento Sem Terra (MST). Uma das primeiras demonstrações de força por parte dos sem-terra ocorreu em 25 de julho de 1981 em um ato público com mais de 15 mil pessoas em Porto Alegre (RS). Na época, a imprensa chamou o ato de “a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul. (fonte: site MST)

Nas cidades brasileiras, segundo Maricato (2013), foi intensificada a concentração de poder das classes dominantes. As políticas urbanas e a lógica de produção imobiliária transformaram as cidades de maneira a criar não apenas novas materialidades, mas também deslocamentos e desigualdades. Constantemente, megaprojetos foram (e continuam sendo) construídos em áreas próximas de bairros populares, revalorizando o solo urbano e induzindo o deslocamento dos residentes devido ao aumento de impostos, pressão imobiliária, gentrificação e perda de identidade do bairro. Esses processos são resultado do modelo neoliberal, e é a partir dele que a fragmentação dos espaços urbanos acontece, gerando desigualdades socioespaciais (CUENYA; CORRAL, 2011). Nesse contexto, o espaço urbano é entendido como instância ativa para dominação econômica e ideológica.

Com a intensificação da industrialização no final do século XX, cresceu rapidamente o número de trabalhadores urbanos, aumentando a pressão sobre a oferta de habitação popular. Terrenos destinados às vilas operárias valorizaram, e a aceleração do fluxo migratório aumentou o excedente da força de trabalho nas

idades, tornando para a empresa um custo não lucrativo. Dessa forma, as empresas transferiram para o Estado os custos relacionados à moradia, transporte e serviços de infraestrutura urbana. No entanto, em tempos neoliberais, as “vilas operárias”, bem como outras formas de investimento estatal em habitação popular, tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas do mercado imobiliário (RIBEIRO, 2007).

Desde então, o Brasil passou a viver os efeitos de políticas urbanas caracterizadas pelo processo de urbanização neoliberal dentro do capitalismo. No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o confisco das cadernetas de poupança e do FGTS comprometeu severamente a política habitacional. O Estado reduziu sua participação no mercado de terras, dificultando ainda mais o acesso das classes baixas à habitação. A intervenção estatal no acesso à terra era cada vez menor, passando a ter como referência somente as leis de mercado. Segundo Maricato (2013), em um país capitalista, a cidade passa a ser mercadoria e tem valor de acordo com a localização do município. Esse é o grande negócio das cidades, que se chama renda imobiliária, que dá um preço à localização. As interferências dos interesses do mercado imobiliário tornaram a acessibilidade aos espaços urbanos mais crítica e complexa. Além disso, espaços elitistas se desenvolveram em meio à cidade, muitas vezes favorecidos por projetos urbanos de reabilitação. Em consequência, os antigos residentes dessas áreas foram deslocados para espaços menos estruturados, dando origem às chamadas ocupações urbanas⁴ e reafirmando a segregação e a desigualdade socioespacial.

A questão da ocupação de terras urbanas no Brasil é estrutural e resultado da constituição de um desenho de cidades cujo mercado imobiliário exclui uma parcela da população. A escassez de moradia se torna regra e não exceção, já que não é

⁴ De acordo com Fernando Calheiros “as ocupações urbanas constituem uma forma encontrada pelos grupos subalternos de buscarem solucionar a falta de acesso à moradia nos grandes centros urbanos. Ocorrendo em terras públicas e privadas que não cumprem com sua função social, embora tragam semelhanças em termos de aparência com a favela, apresentam diferenças significativas que podem ser apreendidas por meio de três formas ou condições gerais de ocupação: as “espontâneas”, que nascem sem nenhum tipo de organização e planejamento prévio; as “em processo de organização”, que surgem de forma espontânea, mas que ao longo de sua trajetória adquirem apoio externo, passando a desenvolver formas básicas de organização; e as “organizadas”, que vão apresentar, desde o início, uma forma de ação coordenada por um sujeito político coletivo a fim de suprir uma necessidade concreta, que é a urgência do onde e do como morar. Todas as três condições de ocupação possuem uma característica em comum que justifica o uso do termo: trata-se da resistência e luta coletiva que vão desenvolver a fim de permanecerem nas áreas ocupadas, visando sobretudo a regularização fundiária e/ou a viabilização da construção de habitações de interesse social” (CALHEIROS, 2020).

capaz de oferecer uma alternativa aos trabalhadores, principalmente de baixa renda, para arcarem com os altos custos de aquisição ou locação de uma moradia digna. Essa gigantesca injustiça não é fruto de lideranças que querem afrontar a lei, mas resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui (VILLAÇA,1999). Segundo Maricato (2015), a população trabalhadora não ganha para comprar uma casa no mercado imobiliário formal capitalista porque seu salário não é suficiente. Assim, grande parte da classe trabalhadora brasileira constrói a própria casa nos fins de semana, é trabalhador do setor formal, mas mora informalmente. Em grande parte das metrópoles brasileiras, as terras são ocupadas ilegalmente e irregularmente, e as casas são construídas sem respeitar o código de obras, lei de parcelamento de solo e outros instrumentos.

Maricato (2015) faz uma comparação para explicar como o mercado imobiliário comanda o uso do solo das cidades brasileiras e como é ao aplicar a lei ao seu favor. Por exemplo, há mangues ocupados ilegalmente em litorais de todo o Brasil, e se aceita que as pessoas mais pobres fiquem ali. Agora, se elas ocuparem um imóvel vazio no centro da cidade do mesmo jeito serão expulsas. Isso acontece porque não é se trata de uma lei, uma norma jurídica que conduz o controle de uso e ocupação do espaço. É a lei de mercado que define que terras ou imóveis em regiões centrais das cidades têm um valor de mercado que o mangue não tem. Portanto, não é difícil perceber que é menos importante proteger uma área de mangue do que proteger um imóvel vazio no centro da cidade mesmo que não esteja cumprindo sua função social (MARICATO, 2015).

Como mostrado anteriormente, a aplicação arbitrária da lei é um problema recorrente quando se trata do uso do solo. Para Maricato (2002), isso torna a desigualdade urbanística cada vez maior e mais excludente, mas não funciona em qualquer localização. Nas áreas valorizadas pelo mercado, a lei se aplica. Um exemplo são os grandes investimentos privados em terras de proteção ambiental que, mesmo protegidas pela legislação, tornam-se interesse de especulação imobiliária com a desculpa de trazer desenvolvimento para as localidades. É a relação entre terra e poder que cada vez evidencia mais que a lei se aplica conforme as circunstâncias.

Sendo assim, um dos mais graves problemas da sociedade, é a carência de moradias adequadas. Para a Agenda Habitat, habitação digna ou adequada é aquela que oferece condições de vida sadia, com segurança e infraestrutura, como suprimento de água, saneamento básico e energia, assim como a prestação eficiente

de serviços públicos urbanos, tais como saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo. Da mesma forma também deve ser possível ir e vir em segurança, e o local não pode ser suscetível a desastres naturais. Quanto à acessibilidade, é preciso que a infraestrutura viária permita o acesso decente e seguro à habitação. De acordo com a definição legal de moradia digna, caso haja omissão do Poder Público, cabe ao Poder Judiciário o controle judicial de omissões administrativas na área de saneamento ambiental. Com efeito, essas omissões atingem diretamente a dignidade humana e infringem, por consequência, os deveres constitucionais impostos a todos os entes federativos de defender e preservar o meio ambiente e de realizar ações para promover a saúde pública (CF, art. 225 c/c art. 196).

De modo geral, a análise histórica feita até aqui nos revela que a questão habitacional das classes de baixa renda não tem sido resolvida no Brasil, seja pelo processo histórico de concentração da posse e da renda da terra, ou pelo predomínio da lógica de mercado em detrimento da função social da cidade e da propriedade. Não se trata de um problema pontual ou de uma localidade em específico, pois os estudos recentes da Fundação João Pinheiro (FJP), baseado nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o déficit habitacional atual atinge 14% das famílias brasileiras. Nesse número estão incluídos os domicílios improvisados em condições precárias de infraestrutura, as habitações rústicas e a coabitação familiar, representando o chamado déficit quantitativo.

Nesse contexto, é importante que o espaço urbano seja incorporado como elemento fundamental para a compreensão dos movimentos sociais do século XXI. Ao produzirem território, por meio das ocupações, os movimentos socioterritoriais expressam ou materializam suas intencionalidades. (PEDON, 2013, p. 204). Como definiu Pedon (2013), os movimentos socioterritoriais são, portanto, mobilizações coletivas com considerável nível de organização e com uma agenda que sintetiza as propostas do movimento, compreendendo de forma relacional os processos de conformação identitária e as espacialidades e territorialidades desse tipo especial de mobilização. Marginalizados pela lógica neoliberal que os privatiza, transformando-os em espaços de consumo e uso intimista, os movimentos reivindicam o direito à cidade, entendido como um renovado direito à vida urbana (LEFEBVRE, 1968).

“O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito” (LEFEBVRE, 1968).

Considera-se que a ação coletiva dos movimentos populares em produzir, ocupar e transformar o espaço urbano e alocar neste, condições de ambiência, urbanidade e habitabilidade, adaptando-o às suas necessidades. Entretanto, o lugar impõe limites e desafios que determinam padrões socioespaciais decorrentes de uma relação morfológica estruturadora.

Os movimentos sociais produziram diferentes formas de lutas e pressão social ao longo dos anos, com forças para transformar o espaço e as instituições e criar regras para organizar a vida social, reivindicando acesso à terra e/ou moradia para resistir à lógica excludente imposta pela expansão territorial do capitalismo. Isso se contrapõe à especulação imobiliária e à ausência de políticas públicas efetivas para a questão da habitação. Segundo Castells (2013), essa onda de transformação ocorre inicialmente na mentalidade das pessoas, que hoje aponta para uma lógica não-produtivista da sociedade, que busca se construir a partir do processo, das experiências conectadas aos atores e dos movimentos. Castells (2013) considera que uma mobilização emocional é desencadeada pela indignação, bem como pela esperança de uma mudança, cujos exemplos exitosos espalhados pelo mundo o inspiram. Esses movimentos, ainda que oriundos em parte da indignação da sociedade perante suas elites políticas e econômicas, nasceram da luta pela democracia como forma de garantir direitos e dignidade.

A escritora feminista Nancy Fraser (2006) apresenta reflexões sobre o conflito político que cerca as questões relacionadas à identidade, cultura e classe. Ela afirma que pessoas sujeitas à injustiça cultural e econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Assim, quem procura promover a diferenciação do grupo tende à política do reconhecimento, e quem defende a sua desestabilização ou sua pulverização tende à política de redistribuição. Quando analisamos mulheres de classes populares que vivem em ocupações, podemos associá-las ao que Fraser (2006) considera como coletividades bivalentes, ‘diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômica-política quanto da estrutura cultural-

valorativa da sociedade' (Fraser, 2006, p. 233). Essas coletividades necessitariam dos dois para a busca da justiça social.

Na política urbana, comumente a consideração da dimensão de gênero na perspectiva das mulheres aparece apenas naquilo que reforça os seus papéis sociais tradicionais, como as demandas por creches, posto de saúde e espaços de lazer para crianças. Ou seja, o que remete à responsabilidade feminina em relação ao espaço doméstico e ao cuidado com a família são utilizados nos discursos políticos como reivindicação das mulheres, evidenciando a consideração de gênero apenas a partir do que poderíamos chamar de seus interesses estratégicos como mães. Sendo assim, a invisibilidade e a desconsideração da necessidade de mudanças na valoração cultural de gênero nas ocupações, por exemplo, não encontram solução na redistribuição, mas sobretudo no reconhecimento.

Logo, os estudos de planejamento, segundo a pesquisadora Carolina Simões Galvanese (2018), devem incorporar a dimensão de gênero no território levando em consideração suas diversidades e especificidades. Dessa forma, o comprometimento político do planejador com a elaboração e a implementação de alternativas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e equânime, com práticas e modalidades de planejamento norteadas por lutas relativas ao direito à cidade e à construção de uma sociedade urbana. É importante a ampliação dos movimentos sociais contrários à globalização que, articulados em torno de questões de gênero, injustiças sociais e ambientais urbanas, insurgem-se contra a ordem vigente. Além disso, podem ser potenciais portadores de práticas que reconquistam o direito à cidade, contrariando a privatização dos espaços públicos pela lógica de acumulação capitalista e se aproximando de formas de planejamento libertário e voltado à emancipação social (GAVANESE, 2018, 216).

A autora Yasminah Beebeejaun (2017) fala que a crítica feminista da teoria e de planejamento urbano que se desenvolveu na década de 1970 e demonstrou como os planejadores urbanos criaram ambientes de gênero que são predominantemente adequados às necessidades de homens e famílias heteronormativas. Os espaços vividos cotidianamente são negligenciados como locais políticos, mas um exame mais atento revela sua importância na construção de pertencimentos e direitos. Nesses espaços, muitas vezes esquecidos, é possível reconhecer processos de negociação, desafio ou apropriação que medeiam as práticas espaciais cotidianas em que relações são criadas discursivamente. Os debates em torno do pertencimento dentro

da cidade têm procurado revigorar e reivindicar a vida urbana como fonte de inclusão e ação política, apontando para uma habitação e ativação de pertencimento através de várias formas de movimento dentro do espaço.

O discurso do direito à cidade oferece uma gama de perspectivas sobre a reivindicação de um local de ação política pública para os moradores urbanos. No entanto, Beebejaun (2017) diz que é através da atenção à centralidade do cotidiano ações para gerar pertencimento dentro da cidade que os direitos são prejudicados por desigualdades experiências da cidade em tensão com outras. Essas questões são complexas e multifacetadas, mas o planejamento tem uma contribuição crítica para apoiar as mulheres a serem capazes de acessar a cidade. Através do desenvolvimento de estruturas que se baseiam mais diretamente nas experiências das mulheres e nas táticas espaciais, é possível desenvolver entendimentos mais refinados e, portanto, maneiras de apoiar noções de gênero e fundamentadas de direitos cotidianos (BEEBEEJAUN, 2017, pág. 331).

A implementação de políticas de direitos e gênero no planejamento pode ficar desconectada das questões políticas fundamentais que criaram um imperativo de ação. Segundo Beebejaun (2017), um engajamento de gênero com discursos de direitos enfatiza que muito mais cautela é necessária em relação à redenção da possibilidade do direito à cidade como atualmente teorizado. Há uma infinidade de encontros dentro do cidade que pode empoderar e excluir. Práticas espaciais e uma atenção ao direito da vida cotidiana aludem a uma potencial conversa sobre como percebemos o habitar na cidade como um ato político (BEEBEEJAUN, 2017, pág. 331).

Os desafios levantados pelas acadêmicas feministas a partir da década de 1970 e que Beebejaun (2017) traz a luz em seu artigo permanecem relevantes. A autora mostra que as mulheres ainda ganham menos que os homens, geralmente fazem quase todas as tarefas domésticas e assumem maior responsabilidade para creche. Transporte público, caminhada e acessibilidade ainda impactam desproporcionalmente as mulheres. Um direito à vida cotidiana é construído a partir de práticas e experiências comuns de vida. Um exame de práticas aparentemente mundanas apresenta desafios para os planejadores. Em vez da ágora, a praça pública ou outros locais cívicos mais comumente associados ao direito à cidade, o cotidiano e os não mapeados ganham importância. Esses espaços cotidianos, como passarelas de pedestres e passagens subterrâneas, banheiros públicos e pontos de ônibus, são

muitas vezes negligenciados no planejamento, mas existem como lugares da vida cotidiana das pessoas. Uma gama maior de espaços urbanos merecem atenção.

A contínua negligência dos direitos de gênero e incorporados à vida cotidiana revela os limites do direito à cidade como convencionalmente entendido. Ao se considerar os múltiplos direitos à cidade e reconhecer os públicos contestados que convivem na cidade e suas táticas espaciais, pode haver formas mais produtivas de incorporar experiências divergentes nas práticas de planejamento. Um reengajamento nos múltiplos usos do espaço dentro de um quadro atento à diferença pode proporcionar potencial para sustentar um sentido mais completo de direitos de gênero à vida cotidiana.

2.2 OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Os movimentos socioterritoriais lutam para enfrentar uma série de problemas que são consequências da urbanização segregada no país. Segundo Pedon (2013), significa dizer que esses movimentos se estruturam a partir das agendas de luta que são relacionados a ideologias, propósitos, interlocutores (as negociações com o Estado e com os agentes capitalistas) e estratégias de ação (a exemplo das táticas de luta) que, ao mesmo tempo, desempenham o papel de instrumento de conformação identitária. Tal como a ocupação estrutural de terras no Brasil, é o mercado imobiliário que comanda o uso do solo das cidades. Com a aplicação arbitrária da lei, a classe dominante controla o espaço conforme suas necessidades e assim reforça a carência por moradias adequadas nas cidades.

Diante disso, é fundamental que o Estado se posicione enquanto planejador, garantindo um processo de ocupação de áreas de interesse em toda cidade. Planejar é decidir no momento presente as ações futuras de acordo com as expectativas de solução de problemas e enfrentamento de desafios a partir da identificação de oportunidades de intervenção. É organizar o seu desenvolvimento para garantir qualidade de vida para todos os seus cidadãos. De acordo com a Constituição Federal, o poder público tem a obrigação de ordenar a cidade em benefício da coletividade.

Entretanto, o rápido processo de urbanização brasileiro mostra o grande desequilíbrio entre alguns espaços plenamente servidos de infraestrutura e outros profundamente precários, com a omissão do Estado. A classe dominante prioriza a

produção do espaço para as suas conveniências enquanto a cidade informal cresce de forma oculta aos olhos do Estado, acontecendo uma “inversão de prioridades”. Mesmo com medidas, leis e programas desenvolvidos por alguns governos, a inserção da moradia em meio urbano não está garantida devido aos agentes envolvidos, à legislação urbanística e projetos arquitetônicos que não dialogam entre si para o tema da habitação social.

Ao longo da história, foram inúmeras as estratégias que as classes dominantes usaram para renovar essa ideologia que, segundo Chauí (1981), está intimamente associada aos conceitos de hegemonia e com isso contrabalancear a tendência de enfraquecimento dela, contribuindo assim para a manutenção de poder. É onde os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que estas pareçam verdadeiras e justas. Ou seja, é um mecanismo que a classe dominante usa para representar seu interesse particular como sendo de interesse geral.

De acordo com Maricato (2002), não é por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves, mas porque os planos aprovados nas câmaras municipais seguem interesses tradicionais da política local e elitista. Como visto ao longo da história, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias. O processo de submissão do planejamento urbano aos interesses do capital financeiro e o conseqüente sobrepeso dos processos de avanço do neoliberalismo nos espaços urbanos segundo Galvanese (2018) vem suscitando, de maneira crescente, abordagens que defendem a contestação das formas de planejamento voltadas para o lucro e não para pessoas. As políticas públicas quando direcionadas apenas para o interesse de uma parte da população, trazem diversas conseqüências, tais como: acesso desequilibrado à habitação, equipamentos públicos e serviços urbanos adequados, infraestrutura subutilizada ou sobrecarregada, degradação ambiental e expansão horizontal desordenada, como é possível observar nas ocupações informais das principais cidades do Brasil.

O processo de urbanização das cidades brasileiras foi conduzido de forma a excluir grupos sociais específicos. Esse projeto, conduzido pela elite do país, buscou desde cedo promover uma higienização das áreas urbanas, segregando a classe popular em áreas periféricas com pouca infraestrutura. Essa comunidade, que muito lutou para conseguir acessar o solo urbano, sofre com esse processo segregacionista

até os dias atuais. Nesse processo, contudo, existe um extrato social ainda mais vulnerável no que tange ao exercício do direito de morar (MERCÊS, 2017, pág. 8).

Não perceber que o processo que hoje atinge de forma mais dura o subgrupo de mulheres negras, pobres, moradoras de comunidades periféricas é ao mesmo tempo racista, sexista e classista. É negligenciar que existam demandas específicas a variar o grupo que se coloca em destaque. Por conta dessa negligência histórica, esse subgrupo suporta diversas opressões que dificultam a emancipação socioeconômica das mulheres e participação plena delas na sociedade. A sua invisibilidade é a causa para que os planejamentos urbanos e habitacionais sejam ineficazes para permitir o exercício pleno da cidadania a todas e todos e incapazes de produzir um espaço urbano resiliente e sustentável (MERCÊS, 2017, pág. 8).

A marginalização habitacional baseada na política de embranquecimento dos centros urbanos é acompanhada de uma sociedade patriarcal que ainda subjuga o corpo feminino. Portanto, quando falamos de mulheres e moradia, é imprescindível entender que existem subgrupos afetados de forma mais intensa por esse projeto urbanístico. Se as mulheres ainda batalham para ter acesso pleno ao espaço público, de forma segura e eficaz, alguns subgrupos ainda batalham pela possibilidade de poder criar fundação para seu desenvolvimento subjetivo. A desigualdade de gênero atrelada à desigualdades de raça e classe remanescentes do processo histórico de construção social e urbano, mantém-se como obstáculo a essas mulheres, tornando a moradia de apenas um “lugar onde se mora” para um “lugar onde se permanece”. Onde se permanece lutando pela possibilidade de construir um lar em espaços altamente marginalizados e invisibilizados. Onde se permanece esperando que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas atendidas. Onde se permanece esperando que o Estado chegue. Onde se permanece criando força para ser base para família. Onde se permanece, mas sempre lutando (MERCÊS, 2017, pág. 10).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O modelo territorial pode ser entendido como uma determinada forma de ocupar e utilizar o espaço, dependendo, por isso, da configuração do sistema de assentamentos, da utilização do meio físico e dos processos de transformação desse meio (infraestrutura, tipos de ocupação, de aproveitamento de recursos diversos etc.).

Segundo Vitte (2015) ele expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelo Estado e dá-se no âmbito dos processos sociais vigentes. Por sua vez, o planejamento territorial condiciona esse modelo territorial e os padrões de desenvolvimento. A implementação dos planos e políticas públicas de base territorial pode levar a uma valorização do espaço. É desafiador lidar com a complexidade de agentes em suas realidades e diferentes formações territoriais, que são reveladoras da dimensão econômica e política do território.

Ao logo das últimas décadas no Brasil, Pires et al. (2014, p. 118-120) classificam três diferentes momentos/períodos do planejamento urbano referente a como cada um se desenvolveu levando em conta o papel do Estado e seus interesses políticos, e se a participação social esteve ou não presente neles:

- 1) Planejamento Tradicional e Governamental - Dos anos 1930 aos 1980: planejamento sim, participação não;
- 2) Planejamento Participativo - Década de 1990: participação sim, planejamento não e
- 3) Planejamento Colaborativo - “Pós-2000: planejamento sim e participação sim, porém ainda em desencontro” (PIRES; AMARAL; DOS SANTOS, 2014, p. 120).

O início do século XX é marcado pelo nascimento da classe operária no Brasil e as greves que aconteceram em 1917 e 1919. Com essa organização social da cidade, poderia ser fruto da ciência de um plano, ao notarem que as versões dos planos apresentados pelas classes dominantes não seriam elaboradas para serem executados nem para resolver grandes problemas das massas populares, não passavam de conteúdos ideológicos. Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, (...) apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana (...). (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Nessa fase do planejamento urbano, apresentaram-se o crescimento da riqueza do país e a concentração do capital. Os jogos de interesse começam a ficar cada vez mais presentes. O uso do solo ganha ênfase, e surge a necessidade de

estudos econômicos para melhor entender o valor do espaço urbano e as suas tendências. Em função dos desequilíbrios das contas públicas, o governo federal criou o Plano de Recuperação Econômico-Financeira, coordenado pelo então ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Entretanto, somente a partir do advento do Estado Novo, nos anos 30, que o Brasil ingressa sistematicamente na adoção e concepção de planejamento governamental (MACIEL, 1989).

No período que vai de 1930 a 1964, segundo Mello (2003, p. 635), houve um reforço do poder central, iniciado com o projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas. Foi caracterizado pelo intenso processo de industrialização e urbanização, com a forte intervenção estatal na vida econômica e política, que mereceu algumas referências numéricas para evidenciar tanto o crescimento econômico quanto a concentração das riquezas, refletindo na construção das cidades. Inicia-se, então, a construção de uma cultura e uma prática de planejamento governamental de política nacionalista em defesa dos interesses das elites industrializantes. É importante enfatizar que, neste primeiro momento de adoção de planejamento pela Administração Pública Brasileira, coube ao Estado o papel de principal indutor e condutor da atividade de gerenciamento econômico, assim como a burocracia estatal e o papel de implementação das ações governamentais, que prevalecem até os dias atuais (SOUZA, 2010). O regime autoritário, instalado após o Golpe Militar de 1964, reforçou a crescente centralização do executivo federal. Posteriormente, nos anos 1980, a crise econômica e política afetou a capacidade financeira do Estado e acabou esvaziando o planejamento e as ações federais de nível regional (VITTA, 2015).

Durante o regime militar (1964 – 1985), a burguesia passa por uma verdadeira revolução, porém o conservadorismo se mantém nas relações econômicas e sociais. Em geral, o estreitamento dos vínculos entre mercados imobiliários e de capitais traz consequências socioespaciais adversas dos processos de financeirização via grandes projetos urbanos - como processos de gentrificação, expulsão de assentamentos precários e privilégio a determinados setores e classes sociais, além da concentração de investimentos nas áreas mais valorizadas das cidades (KLINK et al., 2017). Nesse sentido, para além da constatação dos rebatimentos à transformação dos espaços urbanos, o campo do planejamento urbano brasileiro carece, ainda, de um melhor entendimento dos processos de financeirização e de suas relações com a transformação da governança e do planejamento urbano (KLINK et al., 2014; KLINK et al., 2017).

Cinco décadas de um acentuado crescimento populacional urbano marcado pela dinâmica expressa no binômio “crescimento e pobreza” resultaram em uma cruel herança para os anos 1980. Nessa década, foi agravada pelo fim do desenvolvimentismo e pela emergência de um novo arranjo internacional, que acarretou a ampliação da desigualdade. Houve uma inflexão nos debates sobre o planejamento em um contexto de aprofundamento do neoliberalismo e de crescente descentralização política, administrativa e fiscal dos estados centrais, além da proeminência de estratégias que apostavam na escala local como instância capaz para conciliar eficiência e equidade em um cenário de globalização. Nesse momento, as teorizações pós-fordistas desconstruíam as antigas proposições de racionalidade e interesse público que guiavam o planejamento tradicional e, com a influência de estudos ligados à Geografia, Ciência Política e Sociologia, e incorporaram de maneira crescente alguns questionamentos sobre como as decisões que foram tomadas e quem se beneficiou delas (FAINSTEIN et al., 2012).

Com o fim da Ditadura Militar (1964-1985), assistiu-se ao quase desaparecimento do planejamento governamental e, em especial, do planejamento territorial, substituído por ações pontuais setoriais. No entanto, segundo Vitte (2015), com a democratização do país, a discussão de temas como descentralização do poder político-administrativo, participação popular e sustentabilidade do desenvolvimento começaram a fazer parte da agenda do debate da relação estado-sociedade em suas parcas práticas de gestão e de planejamento – este último em fase crítica. O proletariado então dá início, nessa conjuntura, à construção de um sujeito autônomo. Isso aconteceu segundo MARICATO (2013), devido ao fim da prática de cooptação e identificação de lideranças populares, que eram vistas como inimigas vindas da simbologia e prática do populismo.

O processo de urbanização das cidades brasileiras também é entendido a partir das necessidades de acumulação, impondo um crescimento de serviços horizontal e excludente. A industrialização, apoiada em baixos salários, não cobre os custos de reprodução da força de trabalho, formando um mercado residencial restrito, contrapondo às formas de economia de subsistência, como acontece na autoconstrução.

Maricato (2013, p. 151), sobre essa questão, tomando como exemplo a cidade de São Paulo, afirma:

“A partir desse período ganha escala de massa a periferização da cidade de São Paulo; combinação do lote precário e irregular na periferia urbana com a autoconstrução da moradia. Uma nova alternativa de moradia popular é implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanística ou de política habitacional, mostrando que, enquanto os projetos de leis constituíam ideias fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que dele se ocupassem as ideias.” (MARICATO, 2013, p. 151)

Com a retomada do processo democrático, a partir de meados da década de 1980, a presença dos movimentos de moradia no cenário das lutas sociais no Brasil tornou-se um dos fatores fundamentais no enfrentamento da questão urbana. Sua atuação aconteceu no desenvolvimento de propostas e de reivindicações junto ao poder público, em ações diretas de ocupação de imóveis, na resistência a despejos, na reintegrações de posse ou como um dos agentes participantes nos novos programas habitacionais. Somam-se a isso os importantes limites impostos à participação popular em contextos de grandes desigualdades como o do Brasil, em que os grupos como classes sociais, gênero e raça têm interesses e poderes muito diferentes e são desigualmente dotados de recursos, instrumentos de atuação e canais de acesso ao poder (RANDOLPH, 2007).

Todo esse processo foi muito importante para a elaboração da nova Constituição Federal do Brasil, que marcou o segundo momento do planejamento urbano nacional, trazendo para debate problemas que vários planos diretores e de desenvolvimento que estavam ocultando há décadas. Tais planos e demais políticas públicas até então vinham servindo apenas à classe dominante e estavam dividindo as cidades em duas: de um lado, a cidade legal, equipada e moderna e de outro a clandestina e miserável. Inclusive até hoje vemos essas características na produção do espaço urbano. Entretanto, o desenvolvimento da Constituição, que aconteceu nos anos 1980, apresentou um retrocesso para as conquistas populares, ofuscando agentes como o Movimento Nacional de Reforma Urbana. Ainda que a participação popular tenha sido institucionalizada pela Constituição de 1988 e reforçada posteriormente com instrumentos como o Plano Diretor Participativo, o enfoque estratégico hegemônico vinculava o planejamento, de maneira recorrente, aos interesses dos grandes capitais privados sobre os espaços urbano-regionais, dificultando uma maior pluralidade democrática nos processos e planos implementados. (GALVANESE, 2018).

Não se tratava de garantir apenas um título de propriedade ou posse da moradia, mas a efetiva mudança nas precárias condições de vida nestes territórios. É evidente que um documento para quem vive com medo de ser despejado a qualquer momento é fundamental, mas o próprio Estatuto da Cidade, aprovado depois, em seu artigo 39, aponta para algo mais, quando diz que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei”. (CARVALHO, C.; ROSSBACH, 2010).

Os planos diretores voltaram a ser elaborados, mas dessa vez aconteceu sua politização, agora transformado num projeto de Lei com o objeto fundamental o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo. Foram introduzidos temas da reforma urbana e dispositivos para atender à justiça social urbana, tais como o coeficiente de aproveitamento único e igual para toda a cidade, a concessão onerosa do potencial construtivo, a regularização fundiária, a criação do Fundo Municipal de Urbanização e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

No entanto, esses instrumentos continuaram a ser manipulados pelos setores que dominam a produção do espaço, como o imobiliário, gerando mais uma vez riquezas para a classe dominante e desgaste dos movimentos populares ligados à terra e habitação. De acordo com Vilaça (1999), os interesses do espaço urbano, até então ocultados pela ideologia do plano diretor, finalmente ficaram claros. Quando expostos, os interesses das classes dominantes na produção do espaço urbano revelam que suas propostas não atendem às necessidades reais da maioria da população.

Em relação às abordagens tradicionais sobre os processos de participação, o reconhecimento de que as desigualdades são intrínsecas aos processos participativos e de que existem importantes assimetrias entre os diferentes interesses em jogo, apontam para a necessidade de soluções consensuais para os conflitos a partir do diálogo e da mediação entre duas racionalidades distintas. De um lado, a logicidade estratégica e instrumental referente à esfera dominante da vida social e aos sistemas econômicos e burocráticos, e de outro uma lógica comunicativa, referente ao que Habermas chamou de mundo da vida, em que a reprodução social não se submete exclusivamente à lógica instrumental, mas a tradições e formas de socialização e

formação da personalidade (RANDOLPH, 2007). O grande mérito da proposta comunicativa seria, portanto, o de buscar formas de participação e mediação para que o poder comunicativo acumulado por grupos sociais no seu cotidiano possa influenciar nas tomadas de decisão das esferas mais amplas de poder (RANDOLPH, 2007). Contudo, inúmeras críticas se dirigem a esse modelo de planejamento, enfatizando sobretudo as dificuldades de participação, que envolve custo e tempo (RANDOLPH, 2007), a ênfase nos processos sem a mesma preocupação com resultados materiais e políticos dos mesmos processos e importantes conflitos entre objetivos e resultados, ainda que haja o compromisso com valores de equidade e diversidade.

O terceiro momento diferencia-se dos dois anteriores, porque nele ocorreu a retomada da atividade planejadora no desenvolvimento e na incorporação, nem sempre efetiva, de mecanismos de participação social nas políticas públicas. A recuperação da capacidade de crescimento do Brasil a partir de 2004 fez com que o debate acerca da necessidade de planejar a vida econômica e social ficasse fortalecido. A ampliação do espaço fiscal, a capacidade de investimento e a percepção da necessidade de sustentação do crescimento no longo prazo criaram condições para a retomada do planejamento (PIRES; AMARAL; SANTOS, 2014, p. 120).

Diante do grande volume de estudos e críticas às bases teóricas e às iniciativas de planejamento participativo implementadas no Brasil desde a virada para os anos 2000, existe atualmente um consenso na literatura de que as tentativas de democratizar o processo de planejamento e ampliação da pluralidade de forças sociais nos processos de tomada de decisão sobre as políticas pouco contribuíram com a superação de sua lógica instrumental e a redefinição das relações entre Estado e sociedade, tendo ainda auxiliado, como resultado não antecipado, a legitimação de práticas e interesses dos setores hegemônicos e, portanto, na manutenção do *status quo* (RANDOLPH, 2007). Além disso, ganham cada vez mais destaque as leituras que enfatizam a necessidade de radicalização da proposta colaborativa por meio da incorporação de novas lógicas e racionalidades, perspectivas e formas aos processos de planejamento perante a influência reduzida da participação do estado capitalista e da crescente denúncia dos impactos da globalização neoliberal e da hegemonia dos interesses financeiros na apropriação dos espaços e recursos naturais do país. (RANDOLPH, 2007).

Na construção desse caminho, do comprometimento político do planejador com a elaboração e a implementação de alternativas voltadas à construção de uma

sociedade mais justa, equânime e com práticas e modalidades de planejamento urbano norteadas pelas lutas relativas ao direito à cidade e à construção de uma sociedade urbana, no sentido de Lefebvre. Ainda conta com a ampliação dos movimentos sociais contrários à globalização que, articulados em torno de questões ambientais urbanas e situações de injustiça socioambiental, insurgem-se contra a ordem vigente, podendo ser potenciais portadores de práticas que reconquistem a cidade para os cidadãos, contrariando a privatização dos espaços públicos pela lógica de acumulação capitalista, e se aproximando de formas de planejamento libertário e voltado à emancipação social. (RANDOLPH, 2007; COSTA, 2015; LIMONAD, 2015).

2.4 SEGREGAÇÃO E OCUPAÇÕES URBANAS NO BRASIL

A convergência do neoliberalismo no processo de globalização com a redemocratização do Brasil na década de 1990 trouxe importantes transformações para a urbanização brasileira. Essas mudanças definiram um percurso “na contramão do que acontecia nos países do primeiro mundo”, como analisa Maricato (2015, p. 16) para entender a crise urbana no Brasil atual.

A vida cotidiana revelou que a ordem capitalista reproduz continuamente os elementos indispensáveis à sua manutenção no seio do espaço fragmentado pela propriedade privada do solo urbano. Isso faz com que favelas, condomínios fechados e guetos de todos os tipos surjam, acentuando a segregação, a atomização das pessoas pela desagregação da vida e das relações fundadas na sociabilidade, com a implosão dos referenciais urbanos que pontuam e dão sustentação à sociedade no eclipse dos espaços públicos da reunião e do encontro (em espaços visto como improdutivos), na degradação do trabalho enquanto atividade humana, bem como dos lugares de trabalho, cooptação do tempo do lazer ao mundo da mercadoria, etc. Assim, revela-se nesse processo o desenvolvimento do mundo comercial que torna o próprio espaço em uma mercadoria essencial à acumulação sob a égide do Estado através das políticas públicas e das intervenções no espaço da vida.

A ênfase no cotidiano ilumina, portanto, o sentido social dos processos urbanos que têm no plano do vivido o ponto de partida da análise. Nessa perspectiva, o espaço concreto é aquele do habitar; dos gestos e percursos, do corpo e da memória, dos símbolos e sentidos e das contradições e conflitos entre necessidade e desejo; “*poiesis inconsciente*” (LEFEBVRE, 1968:145).

Desse modo o desenvolvimento da segregação revela em seu fundamento a negação da vida na cidade, uma estratégia de classe e de poder em seu sentido estratégico. A fragmentação dos espaços para compra e venda dominada pelo valor de troca, bem como a separação referente aos usos e acesso à cidade e a vida urbana criada pela segregação, revelam os conteúdos da reprodução das relações sociais de produção (o modo de produção capitalista), significando que essa reprodução cria uma prática socioespacial em seu conjunto.

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Os limites da propriedade marcam os limites dos usos (e de seus modos) na cidade, fazendo com que a vida cotidiana se desenvolva nos estritos limites dos espaços privados (e vigiados, como é o caso condomínios fechados, ruas muradas e praias privatizadas) e dos espaços públicos normatizados pelo poder crescente das milícias. organizando a vida (não só na periferia) com a subjugação e imposição no ato de ir e vir definidos segundo uma lógica que esvazia a democracia.

Portanto, a prática espacial aponta para o empobrecimento e a deterioração da vida social, tornando-se fonte de privação diante da extensão da mercantilização/normatização que vai junto com a privatização do mundo. Desse modo, a situação do cidadão e as condições do exercício da cidadania se reduzem às condições da sobrevivência com a destituição do sentido da vida e da dignidade humana. O aprofundamento da segregação é a característica da cidade que se constitui como um negócio produto da valorização advinda da construção de infraestrutura em determinados lugares da cidade voltados para novos negócios privados em detrimento da construção de infraestrutura e serviços nas áreas periféricas. Por outro lado, o processo de valorização é feito com a transferência dos moradores dos lugares atingidos, uma vez que expulsam a "população não compatível" das áreas renovadas.

No Brasil, atualmente, dos mais de 206 milhões de habitantes (ver atualização do IBGE, (2010), 84% correspondem à população urbana, metade disso morando nas grandes cidades. Varia de 20% a 60% o índice de habitantes em áreas precárias e favelas promovidas por ocupação informal, ou seja, à revelia das legislações urbanísticas estabelecidas e excluídas dos benefícios urbanos (GORDILHO-SOUZA, 2016).

Destaca-se que a ocupação ilegal de terras, segundo Maricato (2002), é informalmente consentida (ou por vezes até incentivada) pelo Estado que, entretanto,

não admite o direito formal à terra e à cidade. Isso se dá por conta da articulação entre legislação, mercado e renda imobiliária. A ocupação é consentida inclusive em áreas de proteção ambiental, mas raramente em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário calçado em relações capitalistas. Com grande parcela de sua população ocupando ilegalmente propriedades e dado ao peso da sua informalidade econômica, o desenvolvimento das cidades do Sul global se dá pela mobilização de práticas formais e informais, legais e extralegis de direito à cidade e não através de estruturas formais de planejamento. Essa profunda ilegalidade não é considerada fracasso, mas sinal de sucesso da resistência aos modelos ocidentais de planejamento e desenvolvimento urbano (GALVENESSE, 2018).

Com o processo de luta por terras e os jogos de interesse pelo uso do solo, é possível observar padrões de segregação socioespacial que se repetem nas metrópoles brasileiras. As camadas mais ricas da população se concentram nos lugares centrais e fartos de infraestrutura das cidades, enquanto as camadas mais pobres se localizam nas periferias ou em lugares que sobram e não são de interesse das classes de alta renda. Para Villaça, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole ao invés de estarem distribuídas aleatoriamente ou concentradas no centro da cidade. (VILLAÇA, 2001, p. 142). A concentração de uma determinada classe social no espaço urbano e a segregação não impede a presença ou o crescimento de outras classes sociais no mesmo espaço. O que vai determinar a segregação de uma determinada classe em uma região é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral de uma metrópole.

Existem vários tipos de segregação: por etnia, nacionalidade e classes sociais, por exemplo, sendo a última a que domina a estruturação das metrópoles brasileiras (VILLAÇA, 2001). O padrão mais conhecido de segregação se refere a CENTRO x PERIFERIA, seguindo uma organização de círculos concêntricos em que no meio se concentram as camadas mais ricas e no entorno as camadas mais pobres e cada vez mais distantes de estrutura e serviços. Entretanto, Vilaça aponta que não é o mais comum nas metrópoles brasileiras. O padrão existente é o de ocupação das camadas de mais alta renda em setores específicos da cidade, segundo uma lógica radial, isto é, partindo do centro principal.

A segregação urbana pode acontecer de duas formas, como analisa Vilaça (2001). A partir do interesse de localização das classes mais ricas que a chamada segregação voluntária acontece. Elas decidem seus pontos de interesse e onde querem ficar propositalmente, buscando viver com outras pessoas da sua mesma classe. Em contrapartida, as classes mais desprivilegiadas acabam sofrendo um processo de segregação involuntária. Elas não têm escolha, sendo apenas jogados para onde sobra em um processo dialético, pois um se torna consequência do outro.

Vilaça (2001) traz duas questões sobre o assunto. Em primeiro lugar, a segregação deriva de uma luta ou disputa de localização que se dá entre grupos sociais ou entre classes. A segregação étnica ou por nacionalidades, como os orientais do bairro da Liberdade ou os judeus de Higienópolis em São Paulo, acontece por grupos sociais. Já a dimensão de luta de classe aparece quando se introduz a segregação por classe. Os que ocupam a área central da capital paulista impedem que ela seja ocupada pelos mais pobres, que estão na periferia ou nas favelas afastadas. “A segregação entre centro e periferia pode ser considerada uma segregação por classes” (VILAÇA, 2001).

A segunda reflexão trata do porquê da luta. Segundo o autor, a luta seria pela “posição social e por uma conveniente implantação espacial dentro da cidade” (p.148). “A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e há uma estratificação urbana correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distância social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana” (VILLAÇA, 2001, p. 148, Apud CASTELLS p.203-204).

A distância entre casa e trabalho também é um fator analisado nas cidades por Vilaça (2012). A concentração da maioria dos setores empresariais e comerciais dependem da presença do público consumidor, ou seja, do setor o qual a maior parte dos ricos vivem e trabalham. Além disso, representam boa parte dos serviços destinados ao consumo da classe de alta renda (cabeleireiros, pet shops, shopping centers, escolas particulares, bares, casas noturnas, etc.). Isso reflete instantaneamente na relação da classe mais baixa com o transporte público e seu tempo de deslocamento. Segundo Vilaça, a otimização do tempo gasto no deslocamento espacial dos moradores das cidades é o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do seu papel na dominação social que se processa por meio dele. A classe dominante manipula a produção desse espaço, priorizando sempre a otimização dos seus tempos de deslocamento. (VILLAÇA, 2012,

p. 66-67). Em outras palavras, esse tempo gasto entre trabalho e moradia é muito mais elevado para as classes mais baixas, refletindo em menor tempo de lazer, descanso e, infelizmente, estudo.

A própria segregação não é apenas reflexo de uma condição social, mas um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas. O amplo e crescente descontentamento com essa forma de reprodução de cidade exige gestões públicas mais comprometidas com os interesses coletivos e eficazes na construção permanente das cidades, o que não se realiza sem uma participação ampla e efetiva na produção e na transformação da cidade. “As propostas alternativas ao modelo dominante precisarão ter seu tempo de formulação e experimentação” (Rolnik, 2013). As tensões geradas nos processos analisados apontam para essa complexidade, bem como a diversidade de formas de resistência, protagonistas da renovação de cidades como bem público. Nesse sentido, como analisa Harvey (2013):

[...] A criação de novos espaços urbanos comuns, de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas. [...] O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político (HARVEY, 2013)

O debate sobre a política urbana se baseia, evidentemente, nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade. Tavares (2015) fala sobre a centralidade da fragmentação dessa abordagem em processos de participação que contribuem ou mesmo conduzem a consensos que reforçam lógicas de injustiça econômica justificadas pelo reconhecimento das demandas das mulheres.

Consta no programa de provisão habitacional “Minha Casa Minha Vida”, como acordado nos processos de Conferência das Cidades, a titularidade do imóvel preferencial às mulheres. Porém, segundo a autora Jéssica Gomes Santos (2017), mesmo que a chamada matricialidade sociofamiliar (quando a família é o ponto central de intervenção do Estado) seja considerada nas intervenções do governo desde a década de 1990, é a partir do ano de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) assume a Presidência da República que as políticas sociais ganham maior destaque no cenário nacional, principalmente pela notoriedade do programa de transferência de renda “Bolsa Família”. Nele é possível observar o real público-alvo

das políticas sociais com o recorte da matricialidade socialfamiliar: a mulher como prioridade na titularidade do programa (SANTOS, 2017).

Segundo a autora Amélia Cohn (2015), 93% das famílias cadastradas no programa “Bolsa Família” são chefiadas por mulheres, e 89% dos imóveis referentes à primeira faixa de renda familiar do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” que recebem até R\$ 1.600,00 mensais) programa, famílias que recebem até R\$1.600,00 mensais) estão no nome de mulheres. Porém, foi no governo da ex-presidente Dilma Roussef (2011-2016) que o recorte de gênero ganhou ainda mais notoriedade ao trazer a mulher como o símbolo do programa “Minha Casa, Minha Vida” que, assim como o programa “Bolsa Família”, teve um grande destaque no seu governo.

O recorte de gênero no programa “Minha Casa, Minha Vida”, correspondeu a um significativo avanço na vida da mulher trabalhadora. Afinal, não se pode desconsiderar que a população feminina beneficiária do programa agora tem a sua casa própria e em seu nome. Para Santos (2017), o programa também alcançou a notoriedade pelos investimentos que recebeu - um aspecto inédito na história de programas de habitação popular no Brasil – mesmo que com muitos problemas e grandes lacunas.

O programa “Minha Casa, Minha Vida” foi relevante na intervenção do grande déficit habitacional brasileiro, concentrando-se na base de nossa pirâmide social. Entretanto, não se pode obscurecer os interesses que o impulsionaram e o impulsionam e os limites que lhe são impostos, em meio aos ditames do capital fetiche e as correlações de força que marcam os últimos governos federais. Esses limites, como a construção de condomínios nas áreas que tradicionalmente a classe trabalhadora já é empurrada e que presenciam as mais diversas fragilidades, impossibilitam o caminho de políticas públicas como instrumentos de concretização real dos direitos sociais. Nesse contexto, ao observamos o programa em questão, percebemos que se caracteriza pela focalização e pela fragmentação, aspectos que não possibilitam uma articulação dialética, que compreenda a totalidade da vida social de toda classe trabalhadora e especialmente a da mulher (SANTOS, 2017, pág. 9).

Santos (2107) aponta que, para que o programa seja instrumento no processo de emancipação política da mulher, terá de ser reformulado e articulado com outras políticas setoriais como trabalho, educação, políticas para mulheres, creches e mobilidade urbana. Somente a partir desses pontos será possível entrar no caminho

efetivo de políticas emancipatórias e concretamente intervir nas múltiplas opressões e explorações que mulher usuária das políticas sociais brasileiras vivência.

A segurança da posse ou titularidade é considerada uma garantia, mas ela é relativa porque, sendo as mulheres mais vulneráveis economicamente justamente por fatores socioculturais, mesmo quando chefes de família, a venda ou o repasse do imóvel por possíveis dificuldades econômicas impõe o risco de voltar a residir em condições precárias. Isso acontece porque o encarecimento da cidade e a pressão especulativa dos imóveis urbanos atingem toda a cidade, inclusive favelas localizadas em áreas valorizadas.

Para Tavares, já é notório os efeitos de projetos de urbanização de favelas que se mostram como um esforço de garantia das condições mínimas de salubridade, de serviços e infraestrutura urbana em áreas favelizadas. Muitas famílias vendem suas casas a fim de incrementar a sua renda, e outras são expulsas pela elevação do valor dos aluguéis, vendo-se obrigadas a buscar locais com aluguéis mais baratos ou mesmo onde possam improvisar uma moradia como nos casos das ocupações. Na maioria das vezes, essa mudança não se reflete em melhorias nas condições de vida urbana. Tal processo adquire contornos mais perversos quando são famílias monoparentais chefiadas por mulheres ou quando há a coabitação. Para retomar a vida em um bairro diferente com condições provavelmente inferiores e sem as habituais redes sociais de solidariedade e de serviços urbanos, múltiplas responsabilidades caem sobre as mulheres, tanto em relação às tarefas domésticas quanto o provimento para a garantir minimamente condições de moradia. (TAVARES, 2015).

O perigo da superficialidade do reconhecimento das injustiças, segundo Tavares (2015), é de recair em desqualificações e estigmatizações pelo não êxito de uma política. A titularidade prioritária dos imóveis passíveis de regularização fundiária ou em programas de provisão de moradia é anunciada como uma grande conquista, visto que a questão da segurança da posse é um aspecto básico para inviolabilidade do direito à moradia.

2.5 SEGREGAÇÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS E O SURGIMENTO DE LUTA POR MORADIA

A acelerada urbanização de Florianópolis acompanhou o que aconteceu no restante país. Em duas décadas, de 1950 a 1970, a relação entre a população rural e urbana foi invertida. Além disso, Santa Catarina apresentou consideráveis fluxos de migração nos últimos 10 anos, acarretando um grande crescimento populacional no estado, principalmente na área litorânea, onde as cidades tiveram crescimentos de 3 a 4,86%. Já as cidades da zona rural tiveram uma baixa em torno de 2%, segundo as estimativas populacionais do IBGE de 2013 e 2014. A urbanização do estado também apresentou crescimento, passando de 83,3% em 2000 para 85,9% em 2010. Florianópolis apresentou índices acima dos nacionais, demonstrando uma série de particularidades decorrentes da ocupação territorial da cidade. O índice de crescimento apresentado pela população rural na primeira década dos anos 2000 foi de 1,28%, combinado com o aumento gradual das regiões metropolitanas e evidenciando o esvaziamento da população nas áreas rurais (MIOTO, 2012, p. 02). A migração interna no estado, principalmente em direção ao litoral, é um importante fator na dinâmica demográfica, pois aumenta as desigualdades regionais e interurbanas.

O desemprego, o aumento da concentração de renda e a pobreza cada vez mais fazia parte da vida na região conurbada da capital. Como consequência, começaram a surgir favelas e exclusão urbana entre outros problemas sociais. O descompasso entre este processo e a não-distribuição da riqueza, com o consequente aumento da pobreza começava a provocar reações no final dos anos 1970, quando, em meio à repressão política da ditadura militar, ressurgiram movimentos sociais, sindicais e políticos, muitos deles ligados ao movimento da reforma urbana (PERES, 1995, p. 109).

Assim, os movimentos populares ganharam força nesse período e passaram a reivindicar participação nas decisões dos planos e obras do Estado, assim como onde seriam aplicados os investimentos públicos. Segundo Sugai (2015), na década de 1980 em Florianópolis, os investimentos foram basicamente destinados ao sistema viário. Esse complexo conectou a ilha com a principal via do estado, a rodovia BR-101. Também foi feito um eixo de ligação entre o centro e Norte da ilha, assim como o campus da UFSC. Dessa forma, a criação dos bairros ocupados pela camada de alta renda a cidade na década de 1990 foram consequência desses investimentos,

como Jurerê Internacional, Trindade, Itacorubi e Beira-Mar Norte. A valorização imobiliária nesses bairros cresceu bastante, concentrando por muito tempo as riquezas e o desenvolvimento da cidade apenas nesses pontos.

Na década de 1990, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, aconteceram várias reformas constitucionais, juntamente com redução de direitos trabalhistas e a falta investimento em políticas sociais. As consequências sociais do modelo econômico e da conjuntura política do período afetaram direta ou indiretamente o planejamento e a realidade urbana de Florianópolis, cuja administração municipal era aliada do governo federal. (SUGAI, 2015).

Com o crescimento desses espaços privilegiados e os gastos públicos sendo destinados apenas a eles sem nenhuma fiscalização, é possível ver a lógica da segregação socioespacial no município. Outra consequência desses investimentos foi a chegada de migrantes de alta renda, aumentando a taxa de crescimento demográfico e de rendimento de Florianópolis, conforme dados do IBGE.

O fato causou um crescimento populacional acelerado, principalmente na parte insular. As desigualdades sociais, portanto, traduziram-se em desigualdades espacialmente produzidas, não podendo ser desvinculado o processo de exclusão social da segregação socioespacial, no qual o Estado coloca-se como um agente indutor. Os dados indicam, no entanto, que houve uma redução de pobreza, mas não da desigualdade, que vem sendo reforçada pela localização e distribuição desigual dos investimentos públicos na área conurbada do município ao longo das décadas. (SUGAI, 2005, p. 174).

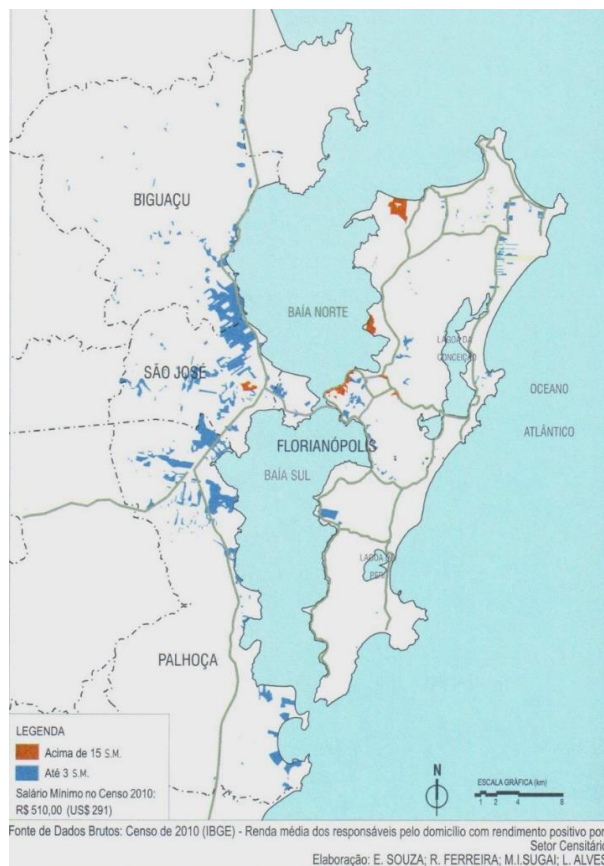
A região metropolitana de Florianópolis foi oficialmente instituída em 1998 e abrange atualmente 22 municípios, e o núcleo metropolitano apresenta um conjunto conurbado composto por Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Marcado pelo enorme crescimento da população e dos movimentos migratórios, sobretudo a partir da década de 1970, esse processo de conurbação contribuiu significativamente para a expansão territorial das populações em geral e das áreas de pobreza em particular. Contando atualmente com uma expressiva integração socioeconômica, consolidada pela continuidade do tecido intraurbano e pelos intensos deslocamentos cotidianos e mobilidade residencial interna de seus moradores, as quatro cidades totalizaram no último Censo (2010) uma população de 826.584, sendo 51% habitantes de Florianópolis, 25% de São José, 17% de Palhoça e 7% de Biguaçu (IBGE, 2010).

É nesse contexto de crescimento populacional acompanhado do aumento das áreas de pobreza na região metropolitana que novas ocupações passaram a ocorrer. Dessa vez, expandiram-se pela área conurbada, não se restringindo ao município de Florianópolis. Com a contribuição dos gastos públicos na ilha, a camada de baixa renda se consolidou em sua maioria na área continental. Ainda que exista bastante concentração de pobreza na ilha, como no Maciço do Morro da Cruz na parte central da cidade, o rendimento médio dos moradores desses bairros é muito alto.

Outra questão apontada por Sugai (2019) foi a necessidade de aproximação da mão de obra do setor de serviços e da construção civil, que criou um fluxo significativo de pessoas, mercadorias e serviços entre a ilha e o continente. É essa necessidade de trabalhadores que explica a permanência de alguns assentamentos precários mais antigos e a consolidação de outros na área insular: eram 50 assentamentos na área insular de um total de 170 na área conurbada (SUGAI, 2009). Desses assentamentos, 63 estavam situados no município de São José, cidade contígua à capital. Embora tenha se intensificado nos últimos anos, tal processo não é recente. No contexto de uma cidade com espaços segregados e precários de moradia para grande parte dos moradores da região metropolitana de Florianópolis, uma série de conflitos que têm na questão da moradia como principal eixo articulador foram criados. (CANELLA, 2016).

Sugai (2019) detalha três momentos do processo histórico de ocupação do solo urbano pela população pobre na área conurbada de Florianópolis. O primeiro é no final do século 19, após a abolição da escravatura, quando começaram a ser ocupadas as terras situadas na base do Maciço Central e, gradativamente, as encostas pela expulsão das populações pobres das áreas centrais. O segundo se dá a partir do processo de migração rural-urbana nos anos 1960, com a população de mais baixa renda que chegava a Florianópolis construindo suas moradias nas encostas do Maciço Central na ilha e também na parte continental. O terceiro período de expansão da ocupação informal ocorre na década de 1990, em paralelo à elevação do rendimento médio da população de Florianópolis, ao aumento do processo migratório e também ao aumento das desigualdades sociais na área conurbada (SUGAI, 2009, p. 169).

Figura 2 - Concentração populacional por extremos de renda - 2010



Fonte: Sugai (2015)

Para Sugai, entre os motivos para o aumento da ocupação na ilha nesse período estão a redução dos loteamentos clandestinos nas áreas continentais por causa de maior rigor nas legislações; os problemas de infraestrutura nos municípios do continente; o empobrecimento, que levou à intensificação da ocupação e formação de novas favelas nos morros centrais de Florianópolis e ao longo da BR-282 (que liga o continente à ilha); a melhor infraestrutura e os investimentos viários no município, favorecendo o acesso e a formação de bairros populares (SUGAI, 2015, p. 118-9).

Segundo Abreu, a capital catarinense experimentou inicialmente ocupações urbanas lentas e espontâneas, mas, no final dos anos 1980, isso mudou com o início das ocupações organizadas que abrangiam a ilha e o continente, havendo depois, nos anos 1990 e 2000, novamente a predominância das ocupações espontâneas e, a partir de 2012, a retomada das ocupações organizadas. Nessas quase três décadas (1990 a 2019), ocorreram transformações que alteraram a capital, transformando-a em um destino turístico de belas paisagens e praias. (ABREU, 2019).

Canella (2016) divide em dois os ciclos de mobilizações ligadas ao acesso à terra e/ou moradia urbana durante o período que se estende do início dos anos 1990 até 2015: o primeiro nos anos 1990 e o segundo inaugurado pela ocupação Contestado em 2012 em São José. Esses dois momentos podem ser caracterizados como ciclos, termo cujo emprego se justifica por inexistir uma continuidade entre os dois momentos e pelo fato de que suas características tanto em termos de composição social de seus integrantes, como nas formas de organização e mobilização são significativamente distintas. Além desses aspectos, a comparação, por ter como referência movimentos organizados, direciona seus esforços para a análise dos mediadores do movimento, aqueles assessores e/ou articuladores que desempenham um papel fundamental na constituição e na condução dos movimentos em ambos os contextos.

Posteriormente, Canella (2019) complementa que as recentes ocupações na Área Conurbada de Florianópolis constituem um terceiro ciclo de ocupações, por terem surgido sem um planejamento prévio, mas, posteriormente, demandarem um processo de organização coletiva para atender suas reivindicações. Esse ciclo, diz o autor, também é marcado pela participação de antigos mediadores que atuaram nas ocupações dos anos 1990 (CANELLA, 2019, p. 18).

A ocupação Contestado surgiu de forma espontânea, sem planejamento prévio e sem uma estratégia coletiva organizada em finais de 2012 para tomar um terreno na periferia do município de São José. Na verdade, os cidadãos foram vítimas de uma promessa eleitoral não cumprida, que acabou por assumir um caráter organizado em razão das circunstâncias de seu surgimento. O fato de terem sido vítimas de uma manobra eleitoral que, ao invés de regularizar seus terrenos, transformou-os em sem-teto. A partir de uma ordem judicial de despejo, passaram a contar com o apoio de dois grupos organizados formados na maioria por estudantes: as brigadas populares e o coletivo Bandeira Negra. (CANELLA 2017).

A outra ocupação foi a Palmares, também surgida de forma espontânea, mas que passou se organizar a partir de ameaças de despejo. Os moradores ocuparam encostas próximas à Universidade Federal de Santa Catarina, no coração da ilha, e contaram com o apoio de estudantes universitários organizados principalmente em torno do coletivo Bandeira Negra, que também atuava na ocupação Contestado. Por ocuparem uma área de risco de deslizamentos, foram removidos do local, com a maioria das famílias destinadas ao aluguel social. (CANELLA 2017).

No fim de 2013, surgiu a ocupação Amarildo, organizada e apoiada pelo Movimento Sem-Terra (ou da dissidente Brigadas Marighella). A mesma congregou muitas pessoas (mais de 700 famílias), ocupando uma área próxima a SC-401, que dá acesso às valorizadas praias do Norte da ilha. Por ocuparem uma área extremamente valorizada, sofreram forte pressão política e midiática e acabaram tendo de deslocar o acampamento para outras áreas, até ficarem reduzidos a poucas famílias em um assentamento em uma área rural distante 60 quilômetros de Florianópolis. (CANELLA 2017).

Dessa forma, promoveu-se a modernização espacial no sentido de tornar a própria cidade em uma fonte de lucro e ser “competitiva” no mercado com estratégias políticas de desenvolvimento local, dando ênfase a atividades turísticas ou as vantagens fiscais para a instalação de indústria ou comércio de interesse no local. A própria cidade torna-se uma mercadoria vendável, a “cidade-mercadoria”, o que Carlos (2008, p.52) classificou como “um estágio superior do desenvolvimento do valor de troca”.

Assim, a construção de uma Florianópolis elitizada nas últimas décadas é parte do processo de consolidação da “cidade-mercadoria” de forma muito visível, que resulta espacialmente em uma elitização da porção insular da cidade, que tem como contrapartida a explosão dos moradores pobres na área continental, tanto na pequena porção que faz parte da capital, quanto nos municípios vizinhos onde se concentram a maior parte dos assentamentos precários.

O reflexo de toda essa desigualdade social reproduzida no espaço, não podendo ser desvinculado o processo de exclusão social da segregação socioespacial, explica a quantidade de ocupações irregulares que existem na capital catarinense. A falta de políticas públicas de habitação é cada vez mais preocupante. Por mais perto que essas ocupações estejam de lugares privilegiados, não chega lá quase nenhum tipo de serviço. Sua própria morfologia já mostra a segregação: as ruas se formaram de maneira espontânea, sem qualquer planejamento, interferindo diretamente na mobilidade urbana. Também falta infraestrutura em saneamento básico, que representa um problema de saúde pública e áreas de lazer.

Como já constatado, os padrões de segregação se reproduzem nas mais diversas cidades brasileiras, inclusive em Florianópolis. Para bater de frente com essa questão, que acontece há décadas, os movimentos sociais vêm se articulando para reivindicar seus direitos e democratizar as cidades. A consciência transformadora não

se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência dos problemas, mas do próprio processo de lutas. É possível observar que nos movimentos sociais populares urbanos há sempre elementos mais politizados que organizam as lutas e as mobilizam no cenário urbano (GOHN, p.57).

3. OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO – SUA HISTÓRIA E SUA LUTA

Neste capítulo, a história da ocupação Marielle Franco é apresentada através de uma pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradoras e líderes comunitárias.

Nas entrevistas, foram analisadas questões de gênero e de trabalho informal, tempo e deslocamento, autoconstrução de casas e resistência contra despejos e outras formas de violência. Esses pontos foram cruzados com uma reflexão crítica sobre as contradições de gênero no espaço urbano, especialmente em áreas periféricas.

3.1. A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO

A Ocupação Marielle Franco⁵, foi escolhida para ser estudada devido a sua importância no contexto atual da luta pela moradia dentro da cidade com a finalidade de avaliar sua atuação na transformação e no uso social da cidade, assim como as contradições de gênero no espaço urbano, especialmente em áreas periféricas. As entrevistas foram feitas com mulheres que já passaram pela liderança da ocupação. Nesse contexto, as protagonistas do processo de resistência são as mulheres, que lutam por seu direito à moradia digna. As investigações sobre os movimentos populares e as ocupações urbanas em Florianópolis, como a ocupação Marielle Franco, são exemplos para compreender as consequências do processo de urbanização e de segregação socioespacial no Brasil, bem como a luta pela cidade e a problemática da habitação, contribuindo para a ampliação do debate dos temas colocados.

⁵ Nome escolhido em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ), brutalmente assassinada por milicianos no dia 14 de março de 2018. Sua história tornou-se símbolo de resistência e luta contra os diversos tipos de violência, opressão e casos de crimes cometidos contra as populações negras, periféricas e marginalizadas.

Figura 3 - Ocupação Marielle Franco



Fonte: Google Earth (2021)

A Ocupação Marielle Franco está localizada no Alto da Caieira, região integrante do Maciço do Morro da Cruz. A área começou a ser ocupada em 2013, mas foi em 2016 que a maioria dos moradores que estão no local atualmente chegaram. Hoje, são mais de 200 famílias em duas áreas ocupadas. A maior parte do grupo está em terreno particular, que foi alvo de pedido de reintegração de posse em janeiro de 2019, sendo suspenso posteriormente pelo desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) após recurso da Defensoria Pública do Estado, que apontou fragilidades no processo. Os demais ocupantes estão assentados em uma área pública zoneada como de interesse social (ZEIS) que teria como destino a construção de moradias populares e até então não cumpriu sua função social. A promessa da prefeitura municipal de começar em 2018 a construção de um conjunto popular com 192 moradias sociais em uma área de 47 mil metros quadrados do município não se concretizou.

A informação retirada do Jornal ND Mais é de que a municipalidade perdeu os recursos que estavam destinados para a construção de um projeto da Minha Casa, Minha Vida, programa criado em 2009 na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mais importante programa de habitação para famílias de baixa renda já criado no Brasil. Na época, o município informou que a expectativa era garantir R\$ 15,7 milhões do Ministério das Cidades (R\$ 82 mil por unidade), cabendo então ao município arcar com os custos relativos à infraestrutura, orçados em R\$ 6,6 milhões. Enquanto isso, a lista de pessoas cadastradas à espera de uma habitação de interesse social chegou a quase 17 mil, segundo dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Até 2016, foram financiadas 27.911 unidades habitacionais distribuídas

em 1.200 empreendimentos (VERA, 2018), porém hoje as camadas de baixa renda têm encontrado cada vez mais dificuldade de morar na ilha.

Sobre políticas públicas, legislações, gestores e mercado imobiliário em Florianópolis, Santiago *et al.* (2014) aponta que o mercado imobiliário tem importante papel na configuração espacial da cidade, já que as legislações urbanísticas e ambientais têm se apresentado frágeis e ineficientes. Dessa forma, muitas áreas de preservação são ocupadas por construções irregulares, sobretudo de baixa renda. (SANTIAGO *et al.*, 2014). A ocupação Marielle Franco, devido à sua localização que fica parte em terreno público e parte em privado, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APP), reflete alguns dos principais padrões de conflitos físicos e ambientais que acontecem nessas situações.

Figura 4 - Quando ocorreu pedido de reintegração de posse da ocupação



Fonte: Flávio Tin/ND (2019)

De acordo com os relatos dos moradores e de membros dos grupos de apoio, o surgimento da ocupação Marielle Franco ocorreu de forma lenta e gradual. Iniciado em meados da década de 2000, o processo de ocupação das duas áreas contou em primeiro momento com um número reduzido de famílias. Algumas dessas serão alvo de uma ação judicial promovida pelo reclamante da área privada no ano de 2013. Segundo apontam os relatos, a ocupação da área permaneceu estável até o ano de 2018, quando ocorreu um movimento de expansão com a chegada de um número cada vez mais expressivo de novas famílias. (CALHEIROS, 2020).

Um relato de um morador dado a Calheiros (2020) explica como a ocupação surgiu:

A Ocupação Marielle Franco é localizada bem ao lado do Serrinha. É uma área de terra onde não tinha sido construído nada. Tinham algumas plantações de eucalipto e muito mato rasteiro. Ali, algumas pessoas, coisa de cinco ou seis famílias, construíram casas ao redor desse mato. Depois, essas pessoas recebem uma intimação e foram alvo de um processo judicial, que hoje a gente como comunidade também faz parte. Por conta desse processo, a área parou de ser ocupada, se mantendo estável. Os anos foram passando e aí algumas pessoas que moravam no morro ou que pagavam aluguel começaram a cercar pra construir. [...] A ocupação teve um boom no último ano. É uma ocupação que há um ano e meio tinha menos de 60 famílias e que hoje já passam de 120 (relato do entrevistado morador da ocupação Marielle Franco ao Calheiros).

Apesar de o Maciço Central abrigar populações empobrecidas expulsas das áreas centrais planas da capital desde o final do século 19, sua localização agora é estratégica, especialmente em função da série de obras realizadas com recursos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o asfaltamento de vias e saneamento básico. No entorno do Maciço, devido sua proximidade com os bairros que o cercam, o acesso à serviços básicos e oportunidades de trabalho tornou-se um forte elemento de atração de novos moradores. Também se localizam ali instituições públicas como hospitais, universidades e escolas, além de órgãos da administração federal, estadual e municipal.

Figura 5 - Localização da Ocupação Marielle Franco



Fonte: Google Earth (2021). Elaborado pela autora

A Ocupação Marielle Franco, que surgiu da necessidade das famílias de ter onde morar, além de enfrentar toda essa realidade resultante da falta de

investimentos, ainda luta contra as constantes ameaças de derrubada de casas. A trajetória dessa ocupação foi e ainda é marcada por atos de resistência às ações ilegais de demolições. Para as famílias, a suspensão da reintegração surge como um alívio temporário, porque eles ainda aguardam a decisão final da ação que corre desde 2013.

Uma das operações para conter a ocupação irregular em Florianópolis foi realizada em agosto de 2020. Três moradias improvisadas foram demolidas na região da ocupação. A ação foi realizada pela administração municipal, através da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente). De acordo com a prefeitura, a operação foi realizada após fiscais receberem denúncias de que moradores fizeram construções ilegais no local. O foco de toda a operação foi uma estrada chamada de Transcaieira, no Maciço do Morro da Cruz. A operação contou com mais de 50 policiais militares (Redação ND, 2020).

As famílias temem uma nova derrubada das moradias a qualquer momento e alguns chegaram a tirar móveis das casas e preparar espaços comunitários para resistirem, segundo um relato dado ao Jornal ND Mais:

“Eu não conseguia ir trabalhar pela manhã com medo de que derrubassem minha casa. Eu moro sozinha com minha filha e não tenho para onde ir. Se isso acontecer, eu não sei o que fazer”, relatou uma moradora à reportagem.

Figura 6 - Três casas destruídas na Ocupação Marielle Franco



Fonte: Anderson Coelho/ND (2020)

Os moradores hoje estão em processo de formação de uma associação de moradores, com destaque para as lideranças femininas, o que justifica a escolha do nome para a ocupação. Segundo Canella (2017), dois traços podem ser apontados como recorrentes nessas novas lutas por moradia na Grande Florianópolis: a presença das mulheres na liderança do movimento e a composição marcada pela forte presença de migrantes entre os sem-teto. Tal como nas comunidades surgidas das lutas do passado, nas novas ocupações do movimento dos sem-teto, é possível identificar a força da participação feminina, tanto entre as principais lideranças como no trabalho cotidiano de organização comunitária, sendo que a maioria delas é constituída por mulheres migrantes.

A ocupação Marielle Franco representa na atualidade a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo de setores espoliados e empobrecidos das classes subalternas da região.

Figura 7 - Arte na Ocupação Marielle Franco



Fonte: Acervo da autora (2018)

3.2. A HISTÓRIA AOS OLHOS DA ALICE

Alice, mulher negra de 40 anos, veio do Oeste de Santa Catarina. Nasceu em Vargem Bonita e foi criada em Campos Novos e Joaçaba. Mudou-se para Florianópolis com 12 anos em busca de uma vida melhor com sua família. Ela trabalhou em casas de família durante toda sua infância, fazendo limpeza em troca de estudo e comida. No entanto, Alice reproduz a fala de sua mãe e critica o combinado:

“Deixo minha filha morar com você e você dá o estudo pra ela e ela limpa tua casa, cuida do teu filho, faz tudo, né?”, mas a maioria não cumpria assim, e... tanto que eu não tenho estudo”.

É reproduzindo a fala da sua mãe que Alice relata o tipo de exploração que marcou sua trajetória. As relações de trabalho que predominaram na vida de Alice são aquelas ligadas aos serviços informais, como os serviços domésticos. Em sua história, desde muito cedo, as relações foram desiguais, pois não houve a possibilidade de impor o que havia sido acordado, que era poder ir à escola. A baixa escolaridade - estudou apenas até o 2º ano do ensino fundamental – teve consequências para Alice na sua vida profissional. Um ponto importante para ser destacado é a relação de gênero e trabalho, pois o tipo de trabalho a que se dedicou (e a trouxe a Florianópolis) faz parte de uma demanda de serviços (mal remunerados) próximos ao cuidado, destinados às mulheres. Nesse tipo de trabalho, as relações passam pela marca da pessoalidade, de relações que ocorrem no plano da vida privada, no âmbito de relações familiares (“dormir no trabalho”), causando uma pessoalidade das relações está também relacionado com a pobreza e as necessidades básicas (como comer e morar). Na área rural em que Alice foi criada era ainda pior, uma vez o objetivo principal era que as meninas se casassem com 12/13 anos, deixando a infância e os estudos totalmente de lado.

Uma das coisas mais marcantes para Alice ao chegar em Florianópolis foi passar a ponte e ver um monte de prédios e pensar que nunca mais faltaria trabalho, pois ali tinham muitas casas para faxinar. Sua família era muito pobre, sua mãe trabalhava como doméstica e seu padrasto em uma empresa terceirizada de limpeza. Levy (2013) aponta que, por um conjunto de razões históricas ligadas sobretudo à divisão sexual do trabalho e aos papéis sociais de gênero atribuídos às brasileiras, as mulheres, em especial as afro-brasileiras e oriundas de meios populares, enfrentam

condições habitacionais particularmente difíceis. Isso se explica, por um lado, pela divisão sexual do trabalho, que contribui para mantê-las em determinados domínios geralmente associados à extensão da esfera doméstica e às persistentes desigualdades salariais e condições de trabalho (jornada reduzida etc.) das mulheres com relação aos homens, cuja média de renda é quase sempre maior.

Se observamos as mulheres que residem em favelas, bairros precários, áreas periféricas e ocupações, essa dificuldade é ainda mais evidente. Ser identificada como mulher favelada, além de negra, impõe dificuldades que não são experimentadas pelas mulheres brancas residentes do 'asfalto', dos bairros bem servidos de infraestrutura e serviços. Tavares (2015) traz a luz uma questão significativa no debate sobre favela e as mulheres nas diversas formas de segregação espacial vivenciadas. Nossa sociedade naturaliza o lugar das mulheres negras e pobres que habitam essas áreas. É como se fosse normal que haja essa associação. Essa visão marca profundamente a própria noção delas sobre seus direitos e a possibilidade de uma cidade que considera suas necessidades e desejos. O acesso à moradia, por ser uma questão que afeta a própria existência familiar em uma sociedade patriarcal como a brasileira, acaba sendo um tema mais afeito à realidade da mulher, sobretudo da mulher negra que, por ser historicamente discriminada, é mais atingida pela sua falta. Nesse sentido, a luta pela moradia é, muitas das vezes, a primeira oportunidade que tais mulheres possuem de ocupar um novo espaço na sociedade (OLIVEIRA et al, 2017, p.362).

A questão da participação e da representação das mulheres na discussão da política urbana, além dos projetos urbanos ou dos chamados projetos de urbanização de favelas, também precisa ser considerada como relevante no planejamento urbano, até porque se relaciona com os interesses práticos e estratégicos de gênero. É comum notar nos movimentos sociais de base, assim como em reuniões de apresentação de projetos em bairros pobres e favelas, a presença majoritária das mulheres. Isso não acontece por acaso. As mulheres se envolvem mais amplamente nos movimentos sociais, assim como fez Alice, por ser um caminho de participação política. Se analisarmos sob o prisma das relações de poder, a justificativa desse engajamento maior na base poderia ser sintetizada pela frase: "o que é pessoal é político". Por exemplo, mulheres em movimentos sociais se iniciam em movimentos de mulheres, principalmente quando lutam por justiça ou igualdade social. (KROOK e CHILDS, 2010).

O sonho de Alice, assim como da maioria da população baixa renda no Brasil, era sair do aluguel. Até que um conhecido dela, morador da ocupação lhe ofereceu um terreno dentro da área pública da Marielle, mas logo ela descobriu que existia um acordo entre a prefeitura e os moradores, que não poderiam ocupar essa determinada parte. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o poder público tem a obrigação de ordenar a cidade em benefício da coletividade, entretanto não é isso que acontece nas áreas de ocupação, uma vez que esses locais seguem interesses tradicionais da política local e elitista. Como visto ao longo da história, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias. Segundo Maricato (2002), as políticas públicas, quando direcionadas apenas para o interesse de uma parte da população, trazem diversas consequências como o acesso desequilibrado à habitação, equipamentos públicos e serviços urbanos inadequados, degradação ambiental e expansão horizontal desordenada. Isso é facilmente observado nas ocupações informais das principais cidades do Brasil e não é diferente na Marielle Franco.

Alice então achou outro terreno dentro da ocupação que estava à venda e pagou R\$ 4 mil por ele em 2018. Mesmo sabendo que o preço foi muito abaixo do mercado imobiliário, ela precisou negociar, pois era toda a economia que sua família possuía. Ela conta que não tinha dinheiro para construir e nem pagar pelos materiais da casa, mas com a ajuda de amigos e parentes conseguiu as madeiras e construiu um imóvel rapidamente para não perder a posse do terreno. Ao responder sobre quem construiu a casa, Alice conta que todas as pessoas contribuíram, não apenas homens: *“eu, as minhas filhas mais velhas, todo mundo ajudava”*. Assim, ela mostra que não papel do trabalho braçal pesado não é atribuições exclusivamente masculina. Também é interessante perceber, como afirmou Tavares (2015), o engajamento das mulheres no processo de autoconstrução de moradias, ou mesmo em sistemas de mutirão e autogestão. As mulheres têm cada vez mais protagonismo nisso, seja pelo desinteresse dos homens ou porque as mulheres são chefes de família responsáveis e preocupadas com a provisão habitacional. Por outro lado, é notório o papel secundário dos interesses das mulheres tanto na formulação quanto na estruturação da política habitacional autogestionária.

Assim que Alice se mudou, entrou para o grupo da comunidade, participando das reuniões e querendo saber como lutar pela sua casa e seu espaço. Ela diz que precisa lutar por causas solidárias. Há alguns anos, militantes mulheres ligadas ao movimento de reforma urbana (ONGs, movimentos sociais urbanos e de moradia) têm

pautado o assunto, seja internamente nos encontros e reuniões, seja nos espaços institucionais de participação. O foco basicamente é a questão do direito à cidade (LEFEBVRE, 2004) limitado às políticas setoriais urbanas, com maior ênfase na habitação popular, com enfoque nas mulheres pobres, a partir de demandas específicas. Comumente, surgem questões que estão no âmbito de seu papel tradicional no espaço doméstico: creches, escolas, praças para as crianças, etc. Por isso que quem está envolvido no debate da reforma urbana, observa que há ainda desafios importantes nas reflexões políticas e teóricas a respeito das contradições de gênero na cidade. Cotas nos espaços de representação dos conselhos das cidades, titularidade preferencial às mulheres nos programas de provisão habitacional e regularização fundiária e construção de creches são algumas das pautas comuns quando o assunto é gênero e cidade. No entanto, não está em discussão a complexidade e as contradições vivenciadas pelas mulheres cotidianamente no espaço urbano que limitam seu direito à cidade.

A pesquisa de Levy (2013) demonstra que o fato de as mulheres assumirem completamente a sobrevivência e a manutenção da família geralmente fortalece a autoestima delas, fazendo com que se sintam mais valorizadas e aptas para assumir papéis de protagonistas nas organizações comunitárias. Bisilliat (1997) fala de uma mobilidade interior que faz com que elas, aprendendo a se organizar, defendam seus direitos e negociem em prol de necessidades práticas. Comunicando-se com um mundo mais vasto, elas adquirem confiança e passam a ter identidade, autonomia e cidadania ativa. Elas podem, portanto, lutar com eficácia pelas necessidades estratégicas que começam a apreender por meio das lutas imediatas (MOLYNEUX, 1985). Bisilliat (1997) e Souza-Lobo (1991) classificam esse processo de “cidadania emergente” das mulheres construído a partir de suas experiências nos movimentos e dos discursos sobre a dignidade veiculados no seio dos movimentos populares (LEVY, 2013).

A relação de Alice com a luta por moradia é de muito respeito, e ela levanta essa bandeira com muito orgulho. Ela fala que entendeu os danos causados pela falta de um lugar digno para morar assim que começou a se informar mais e se politizar. Para ela, o Movimento Sem Terra (MST) deveria ter mais espaço e ser mais discutido. Deveria existir uma cartilha específica sobre o movimento para que as pessoas conheçam mais suas causas e lutas. Os vizinhos da Alice no Oeste eram ocupantes de terra, e, apesar de não falar muito sobre o assunto, ela se lembra de ser um povo

muito organizado, próspero e trabalhador. Foi o primeiro contato dela com MST e ocupações e ela nunca teve preconceito sobre o assunto. Tavares (2015) coloca em sua tese o debate vindo de um artigo intitulado *Public and Private, Power and Space* de Ted Kilian (1998), que faz uma descrição interessante da relação presença/ ausência e poder/ exclusão: os sem-teto são pessoas que definidas fora do espaço público apesar de presentes. Comumente, a presença constante e numerosa dessas pessoas nas ruas gera movimentos para o estabelecimento da ordem urbana, especialmente em praças e parques. Nesse sentido, a construção social do que deveria ser público no espaço urbano a partir de relações poder legitimar a instalação de grades e limites a esses corpos indesejáveis e fora do cenário daquilo que se entende como espaço público.

A segregação é o modo como se percebe esse processo, é como se vive. Por isso que é nesse plano que se leem as insurgências. Nesse sentido, as ações dos movimentos sociais passam a ser absolutamente centrais e importantes para revelar a análise os conteúdos da prática. Apontam exigências diferenciadas, tanto a urgência da moradia, do emprego e dos serviços, quanto do questionamento das políticas públicas (questionando o planejamento estatal que aprofunda as desigualdades) e do esvaziamento da democracia. Esses movimentos no seio da sociedade corroboram a instabilidade, a fragmentação e a produção de um espaço segregado, que tem na sua origem a existência da propriedade privada (do poder da concentração de renda) na prática socioespacial vivida.

Além da segregação, outra dificuldade que os movimentos sociais têm, principalmente o movimento de luta por moradia, é de lidar com a violência policial. Essa violência é outra forma de perceber como são questionáveis as políticas públicas, assim como a forma como acontece o planejamento, mostrando o abismo que existe entre os interesses e os direitos perante a democracia. Dentro de uma ocupação, é constante a preocupação dos moradores, porque a qualquer momento a polícia pode aparecer e colocar tudo que eles têm em risco. “Eles chegam sem avisar, com escudos e máquinas”, contou Alice, que afirma que a polícia não os ouvem e não querem saber de dialogar com os moradores, como se eles fossem invisíveis. As mulheres acabam tomando a frente e confrontando a polícia porque sabem que os homens vão levar mais pancadas. Ela também já presenciou inúmeros despejos, não só expulsando as famílias de casa como derrubando suas moradias. Alice citou um exemplo que aconteceu no final de 2020 que ressalta a preocupação com a segurança

dos filhos na ocupação, considerando o histórico de violência principalmente por parte dos policiais. Diante de um processo de informalidade e de negligência histórica do Estado na região, a prefeitura encontra brechas jurídicas que têm facilitado as ações de despejos ou de negociação de remoções, principalmente através do aluguel social, cujo valor não é suficiente para assegurar uma moradia digna.

Fazendo um *link* com o direito à cidade, o comentário nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos e Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) fala da moradia adequada enquanto um direito humano universal, que deve proporcionar a segurança da estrutura da casa, infraestrutura, acesso à transporte, lazer, cultura. Mais do que isso, afirma que não existe a possibilidade de inserção na cidade formal se não houver a alteração da concepção de política de segurança pública. O modelo atual de confronto e de violação dos direitos individuais tornam as ocupações em territórios de exceção, sem reconhecer que são espaços de conquista dos trabalhadores, que jamais acessaram o mercado formal de moradia e que resolvem em parte o déficit habitacional.

Alice também relatou um pouco como foi a pandemia na comunidade. Nesse período, os moradores da ocupação não receberam nenhuma assistência do Estado, as pessoas tiveram de se reinventar e até regredir financeiramente, pois muitos perderam trabalho. Por sorte, não houve uma contaminação em massa, já que não havia acesso fácil a álcool em gel e água limpa, e muitos não puderam fazer quarentena ou se isolar quando infectados por viverem em casas de apenas um ou dois cômodos. Existem ainda questões importantes para além do debate sobre o espaço da nossa cidade como, por exemplo, a falta de infraestrutura e saneamento básico que tanto afeta a saúde das pessoas. Segundo a pesquisa de Maria Júlia Miranda (2017), recentemente, foi publicado um estudo da ONU sobre a questão da água, a inadequação do saneamento ambiental e como isso afeta muito as mulheres. Esse levantamento mostra como o fato de viver em uma favela ou um bairro periférico sem saneamento coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade e violência. (MIRANDA, 2017, pág.83).

A solução encontrada para manter o mínimo das refeições dentro da comunidade durante a pandemia foi trocar alimentos entre os vizinhos e buscar doações, conseguindo assim lidar com os problemas dessa fase em conjunto. Durante a pandemia, Alice e um grupo de mulheres se juntaram para cozinhar duas vezes na semana para todos os moradores (mais um menos 80 pessoas) com

alimentos doados. Para muitos, era a única boa refeição que fazia em dias. Esse trabalho coletivo foi desenvolvido exclusivamente pelas mulheres, fato que Alice relata sem estranhamentos. O tempo todo, a moradora se refere ao grupo no gênero feminino – “elas”, “as meninas”.

Eu vou te falar assim ó, as meninas elas, quando eu fiz parte [da coordenação] eu lembro, são muitas demandas que acontecem aqui dentro que vai muito pra elas assim né, tipo olha, o vizinho fez isso de errado, o vizinho possui um terreno, o meu filho tá sem leite, a polícia chega de madrugada, as primeiras portas que batem é nas nossas, não a polícia exatamente mas os moradores pedindo nosso auxílio como se a gente fosse conseguir resolver alguma coisa, e eu vejo que isso causa um transtorno, uma coisa bem difícil na vida de cada uma aqui dentro sabe, que somos mães, que somos mulheres, então isso é bem complicado, fica uma linha muito tênue assim entre você conseguir resolver uma situação e arrumar um problema sério pra ti, tu pega muito pra ti as dores do próximo né, tu tem um nome muito forte assim na coordenação pra resolver as “tretas” sabe?

Na passagem acima, ao falar do envolvimento pessoal das mulheres com o coletivo, Alice problematiza a relação entre o público/privado tratada por Antonádia Borges na sua pesquisa sobre lideranças femininas na África do Sul e Brasil. A indistinção entre essas duas esferas, com as mulheres assumindo um papel coletivo - a casa de Alice, por exemplo, tornou-se referência na localidade e ponto de encontro e de trabalho – também se coloca na vida para essas mulheres, mas como problema. Na percepção de Alice, existem consequências que cobram um preço em suas vidas pessoais. Não à toa que em alguns momentos ela se afastou das ações coletivas para cuidar de problemas pessoais (como uma possível pressão do companheiro, “o pai dos seus filhos”, para deixar as atividades coletivas). Inclusive, nesse aspecto, há de se destacar a busca por reajustes da situação conjugal de Alice e seu esposo. Enquanto em alguns momentos ela o chama de “pai das crianças”, em outros - mais recentemente em conversas informais - já o chama de companheiro. Os diferentes arranjos que Alice buscou com seu status de casamento demonstram como ela estabelece uma quebra com a moral tradicional familiar, ainda que não sem dificuldades. Demonstra ainda uma fluidez no limite público-privado dado o rompimento de sua casa enquanto lugar de encontro e da relação individual-coletivo que se ajusta constantemente.

E justamente esse ponto que deve ser destacado: o coletivo é extremamente presente na forma de agir e pensar da Alice. Frequentemente, ela comenta sobre seu

senso coletivo, o fato de ir atrás dos contatos que tem e *que podem ajudar é sempre pelo coletivo e não pessoal*:

Eu acho que enquanto nós não vivermos dentro de uma comunidade como realmente parte, e já vendo que temos que fazer nossa parte, com os moradores, que temos que limpar nossa rua, porque é ali que tudo vai passar, não tem que esperar nada em troca realmente, quando a gente começar a pensar assim, quando a gente começar a entender que eu conheço vocês agora a gente tem contato, e que ver vocês como pessoas que podem somar comigo na luta, podem aprender alguma coisa comigo e eu aprender com vocês, mas que não é um contato pessoal meu, tem que ser algo aqui dentro, alguma demanda, algum assunto que eu vou levar pra vocês vai ser de uma demanda do coletivo, e não trazer isso pro meu pessoal sabe, porque eu digo assim ó, a mesma dor de fome que dá no filho do João, dá no filho da Maria também, a gente tem que ser muito mais humano assim ó, eu prefiro não ter também junto com a Maria, e nós tentamos juntas resolver o nosso problema do que talvez eu ficar em uma situação que seja cômoda pra mim, eu não estou a venda, eu não estou a troca de nada, não importa se o melhor vai pro João, que vá, o universo tá vendo as minhas necessidades também, o universo sabe do que eu estou precisando, resumindo, quando você pensar no fim coletivo, as coisas vão melhorar.

No entanto, as dificuldades com o casamento podem também ser lidas como um dado relacionado à resistência ao machismo, ou um dado de autonomia, de uma personalidade insubmissa. Isso é perceptível quando afirma que foi ela que tomou a decisão de mudar de casa. Um discurso que alimenta o campo epistemológico machista e que reforça as diferenças sexuais. O feminismo, segundo as autoras, possui um sujeito que representa a si mesmo, e essa autorrepresentação pode desafiar o machismo insistente para além do *status quo* discursivo. Não é um caminho alternativo, prescrito ou utópico frente às formas de organização do poder, mas uma noção, uma visão de mundo perceptível às mulheres e não representado pelo discurso machista (ROSE, 1993, p. 181). Assim, concluímos que, ao invés de assumir os mesmos códigos e identidades hegemônicos e heteronormativos, o corpo das mulheres e a sua própria representação são um instrumento extraordinário para desestabilizar o modo de produção do espaço.

Alice acredita que o papel das mulheres nas mobilizações se deve à questão do enfrentamento físico nas ações repressivas: as mulheres estão menos sujeitas à repressão violenta que os homens. Isso significa que se as mulheres estão no espaço público, seus corpos estão disponíveis, uma vez que, nessa lógica, naturalmente eles deveriam estar no espaço doméstico. Contudo, tanto no espaço doméstico quanto no espaço público estão sujeitas à violência. Dentro de casa, isso não é preocupação de ninguém, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Esse é um discurso

ainda muito difundido, mesmo com a instituição da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que inclusive alterou o código penal. Antes, o crime cometido no espaço doméstico e no âmbito familiar contra as mulheres não era considerado grave. O engajamento das mulheres também pode ser relacionado com características historicamente atribuídas ao gênero feminino como o “instinto protetor” ou por serem “mais esperançosas” ou mais “racionais” do que os homens.

Igualmente, os corpos das mulheres, seu significado e papel social, e as formas de representação têm sido controversos ao longo da história. Simone de Beauvoir (1970) revolucionou os estudos sobre as mulheres quando afirmou que não se nasce mulheres, torna-se. Ainda assim os estigmas são naturalizados, o machismo radicalizado e a heteronormatividade segue vigente, tolerando-se a violência sobre o corpo e a mente das mulheres. Por essa razão, é pertinente analisar como as práticas sociais e espaciais de resistência dessas mulheres atuam no espaço urbano (TAVARES, 2015).

3.3. A HISTÓRIA AOS OLHOS DE SÔNIA

Sônia nasceu em Caxias do Sul (RS) e conta que foi sua mãe quem sempre esteve à frente de tudo, quem trabalhava e sustentava a casa. Já seu pai era usuário de drogas e um pouco violento. Por conta dessas questões, foi morar na cidade vizinha Farroupilha com sua tia quando tinha 10 anos. Com 14 anos, casou-se e foi morar com seu marido e sua sogra, engravidando logo em seguida do seu primeiro filho.

Como parte da família de seu marido é de Florianópolis, eles resolveram tentar a vida na cidade em 2015. Sônia conta que, por causa da crise que o Brasil estava passando, as fabricas do Rio Grande do Sul foram muito afetadas e que lá faltava serviço. Seu marido se mudou primeiro, ficou uns dias na casa do pai dele e depois alugou uma peça mobiliada na Coloninha. Com isso, Sônia se mudou com as crianças para buscar uma vida melhor. Já foi demonstrado que as famílias se defendem e aproveitam de modo diverso os momentos de crise econômica e aproveitam as conjunturas de crescimento também de forma diferenciada, em que, além dos níveis de renda, conta de modo significativo sua composição etária e sexual (Lopes e Gottschalk, 1990). Mas não deixa de ser relevante que, mesmo em conjunturas

negativas, as camadas de baixa remuneração caminham significativamente rumo à conquista de uma casa e melhores condições de habitação.

Na Coloninha, eles moravam de aluguel e depois se mudaram para o Monte Cristo, onde viveram por dois anos em uma casa maior. Na época, Sônia trabalhava no bairro da Trindade, e uma de suas colegas falou que estavam ocupando a Serrinha. Então, ela foi conhecer a ocupação Marielle Franco. Os pais dela já moravam em uma ocupação, e, por isso, ela conta já sabia um pouco como era e decidiu ficar por lá. Começaram a construir uma casa em um terreno mais embaixo da ocupação, que era onde tinha espaço vago. A família se deu conta que era inviável conseguir pagar aluguel e ao mesmo tempo fazer a casa, de modo que construíram algo bem pequeno. Como percebido nas entrevistas em profundidade, as moradias em ocupações levam longos períodos para ficarem prontas, sendo construídas cômodo por cômodo em função das disponibilidades e necessidades de cada família.

Sônia afirma que as coisas melhoraram com a mudança do Rio Grande do Sul para Florianópolis. Lá, às vezes, eles não conseguiam nem pagar o aluguel e em Florianópolis nunca deixaram uma conta atrasar por falta de serviço, mesmo com o custo de vida mais caro da capital catarinense. Ao comparar os lugares que já morou em Florianópolis (Coloninha, Monte Cristo e Marielle Franco), Sônia destaca a relação com as pessoas à sua volta. Na Coloninha, ela só conhecia a dona da casa que morava de aluguel e no Monte Cristo, por ser uma comunidade, conhecia mais gente. Já na ocupação Marielle Franco diz se sentir em família e conhecer todo mundo. Ela afirma que quando alguém precisa de alguma coisa, sempre dão um jeito de se ajudar, e que por conta da união venceu várias lutas e chegou onde está hoje.

Vale apontar que um estudo recente realizado em favelas de Guarulhos mostrou que a escolha do local de moradia tem relação com a acessibilidade ao trabalho e a presença de laços de sociabilidade primária, com parentes e conterrâneos que tornam a vizinhança uma rede de relações de proteção básica para enfrentar os desafios das metrópoles e se defender das crises a que estão sujeitas as camadas pobres de população (Baltrusis, 2004).

Em uma das tentativas de reintegração de posse, a casa que a Sônia morava na parte de baixo da ocupação foi marcada para ser demolida com a alegação de que o local seria de risco por conta do esgoto técnico amigo do movimento e em uma das reuniões do movimento foi decidido que ela precisaria sair. Então, uma moradora falou que do lado da casa dela tinha um terreno cercado que era de uma pessoa que não

precisava, que comprou para vender, e que Sônia devia ocupá-lo. Foi então que ela e sua família foram com a cara e a coragem ocupar o terreno que tinha um suposto dono. No início, ele até tentou arranjar confusão e tirar os pertences dela da casa, mas Sônia conseguiu ficar com o terreno e reconstruir sua casa com o apoio que teve da comunidade.

Sônia explicou a configuração dos terrenos na ocupação: o local é dividido por uma rua. De um lado é uma área pública e o outro lado é privada, sendo o empresário e deputado federal Hélio Costa o dono de parte dela. Na parte pública existe um projeto do programa “Minha Casa, Minha Vida” desde a época do governo da presidenta Dilma Roussef, de onde viria o dinheiro para a execução das casas. Entretanto, o prefeito da época, César Souza, recusou a verba. Depois que esse dinheiro foi devolvido para o governo, a prefeitura alegou que o projeto não teve andamento porque os moradores da ocupação estavam furando uma fila de milhões de pessoas que precisam de casa, e que os motivos da negativa estão no Portal da Transparência, mas ninguém conseguiu achar. Em contrapartida, os moradores da Marielle Franco alegam que já pediram diversas vezes para entrar nessa lista. Hoje, a parte privada diz que também tem um projeto, mas ainda é algo incerto, o que eles ouviram falar na comunidade foi que o Hélio Costa passou a parte dele que se diz privada pra prefeitura em troca de uma outra parte lá embaixo, onde ele está arrumando para construir prédios, e é por conta disso que agora os moradores vão ter uma audiência, os advogados do Hélio Costa pediram pro juiz convocar Gean Loureiro, o prefeito, porque a família do Hélio Costa afirma que passou essa área para a prefeitura e a prefeitura disse que não.

Os conflitos com a prefeitura e a polícia é uma das maiores perturbações que a comunidade tem de enfrentar diariamente, principalmente quando se trata de despejos e demolições. Sônia relata que em um dia de 2017 acordou às 9h da manhã com alguém batendo em sua porta pedindo socorro, pois estavam derrubando casas. Quando ela chegou, máquina estavam derrubando várias casas, juntamente com a FLORAM, a Polícia Civil e um representante da prefeitura. Ela conta que não sabia como agir, se tirava os pertences de dentro das casas para não perderem tudo e não quebrarem o que sobrou. A constatação é que nesses territórios existe uma suspensão absoluta da Constituição Federal – não há direitos sociais, não há saúde, não há educação. No momento dessa operação, houve a suspensão dos direitos individuais. Por exemplo, há relatos de violência física, assédio sexual, destruição de

patrimônio, invasão de domicílios e execuções que são formalizadas em autos de resistência. (cidade mulher 30)

O morro está circundado pela violência do asfalto e o asfalto está circundado pela violência do morro, e as medidas de contenção de violência acabam por retroalimentar e potencializar a violência em ambos os espaços. Até mesmo a paz se apresenta como face da violência da cidade, porque o que é percebido como segurança é representado pela imagem da polícia – uma imagem de violência. Os emblemas que os policiais carregam são os símbolos da guerra, confirmando que a “paz é a continuação da guerra por outros meios”, conforme alertara Hannah Arendt (ARENDR, 2004).

As crianças da comunidade sofrem muito ao ver essa violência. A polícia já entra na comunidade com as armas em punho, batendo em alguns meninos na frente de todo mundo, em pais de família e até mesmo em mulheres. Sônia relatou situações graves como de uma vez que os policiais entraram armados na ocupação em plena luz do dia, e mesmo com os adultos pedindo para eles abaixarem as armas por causa das crianças, e eles disseram que já era hora de estarem dentro de casa. Sônia já deixou avisado para seu filho que se ele vir algum policial é para correr para dentro de casa, porque eles miram a arma mesmo. Obviamente tudo isso é bastante traumatizante para eles, e quando eles descem do morro e se deparam com um guarda de trânsito, por exemplo, entram em pânico. Assim, é possível constatar as contradições entre a própria percepção de risco e o sentimento de vulnerabilidade da população local frente à postura do governo sobre os problemas sociais da região.

Foi a partir desses embates que algumas mulheres começaram a se mobilizar e passar de casa em casa com uma folha fazendo abaixo-assinado para procurar ajuda até que chegaram na Câmara dos Vereadores de Florianópolis e conheceram o professor Lino Perez. O então vereador apresentou a Elisa e o Movimento de Luta por Moradia, o que as ajudou e explicou todos os direitos da ocupação, dizendo que estavam dentro da lei e que tinham advogados que poderiam defendê-las. Miranda (2018), defensora pública da cidade do Rio de Janeiro, explica como deveria acontecer um circuito de visitas em favelas e assim podendo ser replicado para ocupações: “é construído com instituições da sociedade civil e tem como objetivo que a Defensoria Pública e outros órgãos públicos, como o Ministério Público e a Secretaria de Direitos Humanos, estejam nesses territórios conflagrados, ouvindo diretamente da população os direitos que estão sendo violados e o que acontece no

momento das operações policiais. O Circuito de Favelas ainda visa a educação por direitos e, para isso, a Defensoria Pública elaborou uma cartilha mostrando o que pode e o que não pode ser feito durante uma operação policial.” (MIRANDA, 2018, pág, 30)

Se puxarmos os fios das contradições contemporâneas, chegaremos nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, cujo espaço doméstico torna-se ao mesmo tempo lugar de proteção e lugar de resistência. Trata-se de uma segregação do espaço público que tende a violar o corpo das mulheres, mas que é também abre possibilidades. Por exemplo, no espaço público das favelas (que por vezes é bastante permeável em relação ao privado) surgem possibilidades de solidariedade e de resistência. O espaço segregado não é necessariamente homogêneo. Esse é o paradoxo da vida cotidiana das mulheres na cidade. A segregação pode não ser necessariamente ruim para as mulheres diante dos processos de dominação em curso do espaço. A qualidade dos lugares para as mulheres depende de inúmeras variáveis, uma vez que os processos de dominação heteronormativa se reinventa segundo a tensão e a resistências das mulheres, variáveis temporais e espaciais que tornam um mesmo lugar restritivo e possível para elas (TAVARES 2015).

A ocupação Marielle Franco foi o primeiro movimento social que Sônia participou, entretanto já ocupou um cargo de liderança e diz que hoje não se vê mais fora dos movimentos, que só assim foi capaz de conhecer as leis para poder se defender, além de ser um ato de humanidade e amor ao próximo. Foi através de sua participação como líder que Sônia conheceu a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. Hoje, ela sabe que não vive em um lugar invadido, pois todo o terreno ocioso que não cumpre uma função social pode ser ocupado, sendo um exemplo de liderança feminina dentro da luta da comunidade. São sempre as mulheres que tomam iniciativas, até mesmo quando tratam de construções e de colocar a mão na massa. Segundo Sônia, isso pode estar relacionado ao fato de as mulheres serem mais afetadas desemprego dentre os moradores da comunidade. Melo e Barros (2000) constata que as mulheres se encontram principalmente em setores de atividade econômica menos organizados, são mais frequentemente constrangidas por “contratos” informais de emprego e estão menos presentes nos sindicatos. Portanto, elas estão mais expostas ao subemprego e ao desemprego.

A moradora também falou sobre o machismo dentro da ocupação, questionando o porquê do homem ter de trabalhar enquanto a mulher fica em casa cuidando das crianças ou de precisar pedir permissão para o marido para fazer algo.

Além disso, ela relata que os homens não são tão proativos quanto as mulheres, até pelo fato de não estarem presentes na comunidade em tempo integral. Eles geralmente colaboram em situações mais graves, sendo as mulheres do movimento que resolvem as demais demandas nas reuniões. Segundo um estudo feito em São Paulo e no Rio de Janeiro por Levy (2013), o começo da década de 2000 foi o momento em que as mulheres começaram a ocupar novos espaços nos movimentos sociais. Antes a maioria dos líderes eram homens. E como explicar isso? Para responder a essa questão, foram identificados dois fatores que contribuem fortemente para o aumento das lideranças femininas no movimento: o crescimento do número de mulheres que chefiam famílias pobres e a forte presença delas no seio das organizações populares de base.

As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em levantamento realizado no Censo 2010, possibilitam constatar que 30% das famílias têm na mulher uma pessoa de referência. Essas mulheres que chefiam famílias muitas vezes se encontram numa situação financeira mais precária que a dos homens chefes de família, na medida em que eles contam com a própria renda e com a contribuição da esposa na casa. Além disso, eles têm salários mais elevados que as mulheres empregadas, as quais enfrentam obstáculos no mercado de trabalho e gozam de mobilidade socioeconômica restrita (MACEDO, 2008). Também foi verificado que há número significativo de áreas em que mais de 50% dos domicílios sob a responsabilidade das mulheres (IBGE, 2010). Por outro lado, continuamos tendo rendimento inferior ao dos homens: em média, homens ganham R\$ 690,00 e mulheres R\$ 510,00. Num contexto, por fatores econômicos, sobretudo, as mulheres acabam residindo em áreas mais precárias e sujeitas ao risco ambiental, por serem locais mais baratos. Essa distinção econômica não se determina pelo nível de instrução ou formação, mas sobretudo por seu gênero, já que ele fundamenta no sistema econômico a diferenciação de seus ganhos salariais.

Sônia tem quatro filhos, e uma de suas filhas ficou com sua sogra quando se mudaram pra Florianópolis, quando voltaram para buscá-la eles não conseguiram a guarda, onde a mãe de seu marido alegou que eles não tinham como cuidar, sendo que nunca foram nem sequer ouvidos pelo juiz. Foi assim que a meta de vida da Sônia foi batalhar por uma condição melhor para provar que poderia oferecer estrutura sim para sua filha, foi daí que veio toda sua força e motivação. Ela sonha com uma casa

de alvenaria onde possa ter 3 quartos, um para ela, um para as meninas e um para seu menino, uma cozinha com piso onde possa ligar sua máquina de lavar pois na casa de madeira que ela mora hoje chacoalha a casa inteira. Então, parcela significativa do déficit habitacional é de moradias que são inadequadas, então não é necessariamente uma carência de uma unidade, mas são moradias que estão precárias, têm problemas de ventilação, de iluminação, de acessibilidade, de saneamento e que com algum recurso de melhoria, de regularização fundiária, aquela moradia poderia se tornar uma moradia digna.

Na comunidade acontecem diversos projetos voltados para as crianças, o futebol, as pinturas em latas, assim eles conseguem bastante distração e entretenimento para as crianças brincarem, pois um dos maiores medos das mães na ocupação é que seus filhos se envolvam no tráfico. Sônia relata que vê meninos de 10 11 anos trabalhando para traficantes na favela, e que querem manter suas crianças dentro da ocupação Marielle. Agora todo mundo sabe que tem uma coordenação e que tem projetos acontecendo e sempre estão preocupados em fazer com que as crianças se sintam sempre um pouquinho melhor, e isso torna tudo mais esperançoso para todo mundo, pois sabem que é duro morar ali, eles sofrem bastante, então conseguindo se divertir um pouco podem livrá-los do caminho errado.

Sônia mencionou também como foi a pandemia da Covid-19 na ocupação Marielle Franco. No dia 17 de março de 2021 quando foi quando a prefeitura mandou que as coisas fechassem, ela estava fazendo uma faxina, foi mandada embora sem entender muito bem o que estava acontecendo, só depois foi ver muitas pessoas sendo demitidas ou indo trabalhar mesmo sendo proibido, até porque muita gente não tinha escolha pois não teria alimento. Então Sônia começou a trabalhar em um hospital – SOS Córdio - em abril fazendo limpeza na área da UTI da Covid pois ela era a mais nova das funcionárias lá, trabalhou por três meses até que se contaminou e acabou passando para seu filho. Ela se sentiu muito culpada por trazer a doença para dentro de casa, por ter infringido a lei por ter ido trabalhar, mas estava desesperada e sem alternativas pois não estavam recebendo nenhum auxílio, até chegaram a buscar ajuda na prefeitura, mas nunca deram uma cesta básica se quer. Em termos de planejamento, o Governo não formulou nenhum plano estratégico na pandemia, permanecendo apenas em planos de contingenciamento vinculados a vigilância epidemiológica, o que para uma parcela da população parece intangível, o alcance de suas ações começa por não atender os que mais necessitam, esbara nas

desigualdades de um país continental, as lideranças parecem fugir as suas responsabilidades, não há cooperação ou trabalho em conjunto, um presidente negacionista, um ministério sem responsável e prefeituras autônomas primando por seus interesses e vaidades.

Como a Sônia que a comunidade recebeu cesta básica como doação dos movimentos sociais, dos sindicatos e MST o qual levou 8 toneladas de alimento para as ocupações de Florianópolis. Por ser da coordenação, Sônia não se incluiu para receber as doações, pois não se sente confortável tendo em vista que não tem para todas as famílias, por isso continuou trabalhando. Não receberam assistência da prefeitura nem para tratar a água, sendo que era a principal recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) sempre manter as mãos bem higienizadas, teve semanas que ficou o bairro inteiro sem água. Além de ficarem sempre aglomerados por falta de espaço nas casas, outra recomendação que não era possível de ser cumprida. Além disso, é fundamental destacar que o fato de as mulheres se tornarem chefes de família não necessariamente modifica a estrutura valorativa das relações de gênero. Pelo contrário, as mulheres são mais pressionadas a 'dar conta' de múltiplas responsabilidades agregadas como aconteceu com a Sônia durante a pandemia.

Apesar de viver em cidades controladas e desenhadas conforme a perspectiva da dominação masculina, ou seja, uma forma particular de violência simbólica que se infiltra nas relações sociais e na concepção de mundo (BOURDIEU, 1995), as mulheres são agentes ativos que frequentemente tentam reconceber a cidade, para desafiar e permear as fronteiras de gênero, através das práticas, cotidianamente (HUDSON; RÖNNBLUM, 2008).

3.4. A HISTÓRIA AOS OLHOS DA MARIA

Maria é natural de Curitiba, onde viveu boa parte de sua vida com seus pais e quatro irmãos. Lá ela trabalhou em diversas profissões, entre elas recepcionista, operadora de caixa e bilheteria de casa de show, entretanto ela relata que eram muitas pessoas para poucas vagas de emprego. Por isso, ela decidiu se mudar pra Florianópolis no ano de 2003 em busca de novas oportunidades. Começou vendendo trufas nas praias da ilha ela e conseguiu se manter com isso por algum tempo. Todavia, as vendas dos doces começaram a cair e ela não estava mais conseguindo

pagar o aluguel e as contas. Até que, em 2009, começou a trabalhar registrada em uma empresa de limpeza. Aqui se destaca novamente a relação de gênero e trabalho, uma vez que a demanda por esse tipo de trabalho é quase exclusivamente de mulheres por uma série de questões históricas relacionadas à divisão sexual do trabalho, que sempre proporcionou desigualdades em relação à jornada de trabalho, salários e, assim, afeta diretamente nas condições habitacionais das mulheres.

A urbanista norte-americana Hayden faz uma análise desse fato a partir da perspectiva feminista sobre a divisão sexual do trabalho. A autora afirma que a especialização do território dentro de um modelo tradicional de família contribui para a segregação das mulheres no espaço urbano e o seu confinamento no trabalho doméstico. O modelo familiar é o casal heterossexual com filhos, preferencialmente branco, residente de casa isolada em um lote único de subúrbio e consumidor de bens, sendo a mulher exclusivamente destinada às tarefas domésticas e ao cuidado das crianças. A própria imagem do *american way of life* (HAYDEN, 1980, p. 175). Esse modelo utópico de habitação, motivado pelas condições precárias de trabalho e de vida urbana operária nas grandes cidades almeja uma vida cooperativada, cuja responsabilidade do trabalho reprodutivo não ficaria a cargo exclusivamente das mulheres, mas coletivizado. Com isso, as mulheres teriam o mesmo tempo disponível que os homens para o descanso, cultura e ócio (CASANOVA, 2012).

Durante seus quatro primeiros anos em Florianópolis, Maria morava em um quarto de pensão no centro da cidade. Depois, mudou-se para a Serrinha, onde viveu por um tempo de aluguel, quando conseguiu observar a ocupação Marielle Franco se formar desde suas primeiras casas, por volta de 2011. Então, ela decidiu se mudar para lá em 2013 e construir uma casa “na cara e na coragem”, pois não tinha mais condições de pagar aluguel. Levy traz a discussão de como a instabilidade causada pela informalidade das mulheres de baixa renda não permite que elas assumam o pagamento de um aluguel de forma regular e, conseqüentemente, o dinheiro que elas ganham com frequência é insuficiente para assegurar uma moradia decente. É preciso acrescentar que a conjuntura econômica do Brasil, que contribuiu para o aumento dos empregos precários e de curta duração até 2007, não oferece às mulheres muita esperança de atender às suas necessidades de moradia com renda estável (LEVY, 2013). Maria planejou e construiu a própria casa, porque ela tinha experiência com marcenaria por conta de seu pai, que é boa e espaçosa e destoa das outras moradias precárias e improvisadas que existem na ocupação.

Com o tempo, a ocupação foi se estabelecendo, e a comunidade foi se apropriando do espaço e tomando forma. Para um indivíduo ou grupo, apropriar-se refere-se a algo. Apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer sua obra, modelá-la, formá-la, pôr o selo próprio (..) habitar é apropriar-se de um espaço e também fazer frente aos constrangimentos, quer dizer, é o lugar do conflito agudo entre os constrangimentos e as forças de apropriação. (LEFEBVRE: 1973, p. 210). Tudo estava indo bem para Maria, até que em 2018 chegaram as primeiras máquinas de demolição, no início daquele ano. As pessoas tiveram de se jogar na frente das máquinas para não deixar que as casas fossem demolidas com os pertences dos moradores dentro. Isso aconteceu sem aviso ou algum tipo de processo. Aqui é possível notar uma relação bem problemática, em que existe um abuso de poder e força. Enquanto isso, representantes da prefeitura davam entrevistas falando que apenas demoliram casas desocupadas, o que não era verdade. Desde então, as aparições da polícia com máquinas não pararam mais de acontecer. Nenhum assistente social foi até a ocupação para fazer um levantamento de quantas famílias viviam ali ou mostrar um papel que autorizava a demolição. Os moradores da ocupação se organizaram para fazer plantão noturno e ficar sempre alerta para o caso de a polícia aparecer, pois isso acontecia a qualquer hora, e eles se sentiam muito ameaçados. Ninguém desistiu da luta, apesar da insegurança e do medo estar muito presente naquele momento.

Remoções de famílias, assédio moral, precarização das condições de habitualidade por conta das obras, geração de conflitos sociais, incremento da violência urbana e institucional e pouco diálogo com a população local, segundo Tavares (2015), são o saldo de um modelo imposto que assume a indiferença às diferenças, incluindo as de gênero, de modo normativo e coercitivo. Trata-se de um sistema que viabiliza um projeto definido tanto pelo que inclui quanto pelo que exclui ou reprime, em um espaço onde coexistem repressão e resistência reveladas por práticas sociais.

Não se trata de garantir apenas um título de propriedade ou posse da moradia, mas a efetiva mudança nas precárias condições de vida nesses territórios para que as pessoas possam se livrar do medo de serem despejados a qualquer momento. O próprio Estatuto da Cidade, em seu artigo 39, aponta para isso quando diz que 'a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o

atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei”. A ocupação Marielle Franco, que está localizada em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), deveria cumprir essa função social prevista no Estatuto da Cidade, entretanto é uma luta diária para os moradores garantirem seus direitos. Assim como a prefeitura e outras instituições que não cumprem o seu papel e não respeitam a lei, abusando do poder e destruindo o pouco que a comunidade conquistou.

O grande perigo da superficialidade do reconhecimento das injustiças é recair em processos de radicalização, desqualificação e estigmatização pelo não êxito de uma política. Na política habitacional e urbana, a titularidade prioritária de imóveis passíveis de regularização fundiária ou de programas de provisão de moradia é anunciada como uma grande conquista, visto que a questão da propriedade privada, ou a segurança da posse é algo ainda fundamental para inviolabilidade da moradia, como é o caso da ocupação Marielle Franco. Independentemente da importância das políticas redistributivas propostas e conquistadas pelo movimento de reforma urbana, como o Estatuto da Cidade, é necessário reconhecer que isso não está assegurando o direito à moradia às mulheres.

Com todos esses problemas políticos em questão, as moradoras da Marielle Franco começaram a se movimentar e ir atrás de seus direitos. A participação de mulheres de meios populares no seio do movimento pelo direito à habitação as coloca numa dupla situação de aprendizado individual e coletivo da mudança ressaltada por Levy (2013). Elas participam dos debates nas reuniões dos comitês que preparam ações e ocupações e dos confrontos com as forças da ordem durante as ocupações. Aprendem também que têm direitos e que o Estado tem deveres para com elas, na medida em que são sujeitos de direito e cidadãs (LEVY, 2013).

Foi nessa época que Maria se juntou à coordenação da comunidade, tomando à frente de várias reuniões e assumindo responsabilidades no movimento. Ela e outros membros decidiram fazer um protesto na frente da Câmara Municipal e conseguiram o apoio do então vereador Lino Peres e de Elisa Jorge, assessora dele, que os auxiliaram e explicaram seus direitos, apresentando uma advogada que representa as ocupações de Florianópolis. Também receberam o suporte do chamado por elas “grupo de apoio”, que são instituições e grupos independentes que apoiam a comunidade. Esse coletivo, que se forma a partir de lideranças locais, pesquisadores,

professores, profissionais liberais e ONGs, com apoio de outros coletivos urbanos e culturais e de movimentos sociais e parlamentares, despertou a possibilidade de organização e resistência política desse grupo de moradores, cuja participação feminina teve grande destaque. Era uma espécie de materialização de suas resistências cotidianas segundo suas práticas espaciais. O grande mérito dessa proposta seria, portanto, buscar formas de participação e mediação para que o poder comunicativo acumulado pelos grupos sociais pudesse influenciar nas tomadas de decisão nas esferas mais amplas de poder (RANDOLPH, 2007).

Nesse contexto, as protagonistas do processo de resistência são as mulheres, muitas já avós como Maria, que lutam e resistem por seu patrimônio e sua história de vida. Algumas relataram a dificuldade, justamente por serem mais sujeitas ao assédio moral, de ambos os lados, moradoras(es) e poder público. Suas contribuições são marcadamente marginalizadas e deslegitimadas.

A comunidade compreendeu seus direitos, e os planos diretores da ocupação agora são projetos de Lei e têm como objetivo fundamental o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo. No entanto, esses instrumentos passam a ser manipulados pelos setores que dominam a produção do espaço, como o imobiliário, gerando mais uma vez riquezas para a classe dominante e desgaste dos movimentos populares ligados à terra e habitação. Para Vilaça (1999), os interesses do espaço urbano, até então ocultados pela ideologia do plano diretor, finalmente ficam claros. Quando expostos, os interesses das classes dominantes na produção do espaço urbano revelam que suas propostas não atendem às necessidades reais da maioria da população, principalmente das mulheres.

Ao observar as contradições do capitalismo nas cidades, segundo Tavares (2015), existe a tentação de olhar o específico apenas para justificar generalizações a respeito das desigualdades que se apresentam no espaço urbano. Contudo, o sistema capitalista estabelece desigualdades e subordinações em todos os territórios, que se concretizam conforme aspectos sociais que ali se convergem de modo diferencial (classe, gênero, raça, geração, cultura e identidade). Por isso, as estratégias também se diferem. A perspectiva do *diferencialismo* pode penetrar em forma de estratégias e práticas para romper com a opacidade das relações de poder, permitindo uma força maior nas proposições que desafiam o universalismo real, opressor e heteronormativo. Nesse sentido, o urbanismo com perspectiva de gênero

pode ser aquele que tem seus ‘poros abertos’, permitindo a possibilidade de surgimento de práticas diferenciais, sejam elas estratégicas ou não.

A incorporação da atividade planejadora para o desenvolvimento nem sempre é efetiva, como no caso da ocupação Marielle Franco, que deu voz e mecanismos de participação social nas políticas públicas. O debate acerca da necessidade de planejar a vida econômica e social se faz presente nas atividades da comunidade. As mulheres em funções de liderança e coordenação são uma peça-chave para a luta. A maioria dos policiais ainda tem um pouco mais de cautela ao lidar com as situações quando são elas que os confrontam, por isso o gênero é bastante destacado em relação nesses casos. O nome da comunidade foi uma homenagem à vereadora do Rio de Janeiro (RJ) Marielle Franco, que foi assassinada em 2018 e morreu lutando e fazendo frente. Maria conta que era como se ela guiasse sua comunidade, pois seus moradores estavam ali fazendo o mesmo que ela.

A natureza ao redor da casa da Maria é a parte que ela mais gosta na ocupação. Ela relata que é aconchegante e que plantou boa parte das árvores que tem ali. A vida em comunidade e a relação com os vizinhos também é outro ponto que atrai Maria. Não só ela como todos os moradores. A percepção de pertencimento é muito presente entre as moradoras entrevistadas. Promover o sentimento de “pertencimento” e fomentar um “vínculo de solidariedade coletiva” (BOULOS, 2017, p. 79) é como ser uma grande família, que tem desentendimentos, mas permanece unida. Quando alguém vai embora é por motivos pessoais, porém nunca por fugir da luta, principalmente as mulheres, que não tem medo de se impor. Para Maria, toda a vivência é muito prazerosa, principalmente quando se trata da boa vizinhança e da convivência de todos se ajudarem quando alguém precisa de algo.

A pandemia da Covid-19 em 2020 foi um fator que mudou muito a dinâmica dentro da ocupação e deixou mais evidente ainda as desigualdades que ali existem. Os moradores ficaram isolados, mas tinha gente que não tinha como deixar de trabalhar, e Maria era uma delas, que disse que nunca trabalhou tanto na sua vida. O pessoal da coordenação comunitária levava comida para as famílias sobreviverem, que muitas vezes faziam apenas uma refeição por dia. Quando alguém ficava doente, era outro problema, pois na ocupação não tinha CEP, logo os postos de saúde não os atendiam porque não conseguiam comprovar endereço. Os mantimentos, doações e cestas básicas que recebiam diminuíram muito nesse período, pois os apoiadores da comunidade também se isolaram. As mulheres da coordenação comunitária foram

atrás, conseguindo ajudar os moradores mesmo que sem muita frequência, uma vez que a necessidade era muito grande por conta da quantidade de gente que perdeu o emprego nessa época. As lideranças femininas também iniciaram um projeto para se reunir e cozinhar duas ou três vezes por semana para o resto da comunidade e, assim, foram se mantendo durante aquele período.

Maria ficou muito doente durante a pandemia, com problemas no coração, sofrendo alguns desmaios e sem conseguir caminhar direito. Foi diagnosticada com problema nas artérias e começou a tomar medicamentos vasodilatadores, quando decidiu em 2021 que sairia da coordenação comunitária para cuidar da sua saúde. Ela tomou a decisão de colocar sua casa a venda, o lugar que mais ama no mundo, pela falta de acesso ao local, devido a sua incapacidade de subir o morro onde sua casa está localizada. É possível observar aqui como a questão habitacional das classes de baixa renda não tem sido resolvida no Brasil. Ainda é necessário que a infraestrutura viária permita o acesso decente e seguro à habitação. De acordo com a definição legal de moradia digna, caso haja omissão do Poder Público, cabe ao Poder Judiciário o controle judicial de omissões administrativas na área de saneamento ambiental.

Como foi discutido ao longo do trabalho, Villaça (2001) fala que a segregação deriva de uma luta ou disputa de localização, que se dá entre grupos sociais ou entre classes. A concentração de camadas mais ricas se acomoda em locais repletos de infraestrutura, enquanto as camadas mais pobres se localizam nos lugares que sobram, distantes de equipamentos e serviços. Essas omissões atingem diretamente a dignidade humana e infringem, por consequência, os deveres constitucionais impostos a todos os entes federativos de defender e preservar o meio ambiente e de realizar ações para promover a saúde pública (CF, art. 225 c/c art. 196), como é o caso da Maria.

Ela pretende se mudar para Palhoça (município que pertence à grande Florianópolis) por falta de opção de algum lugar plano na ilha e ficará muito mais distante de seu trabalho, que é no bairro da Trindade, próximo ao centro de Florianópolis. Essa é outra questão analisada nas cidades por Vilaça (2012), a separação entre casa e trabalho. A maioria das empresas e do comércio estão localizados onde o público consumidor se concentra, geralmente nas centralidades onde os mais abastados vivem e trabalham. Isso reflete instantaneamente na relação da classe mais baixa com o transporte público e seu tempo de deslocamento, assim

como na segurança e na desigualdade de gênero. Segundo Vilaça (2012), esse tempo gasto entre trabalho e moradia é muito mais elevado para as classes mais baixas, refletindo em menor tempo de lazer, descanso e infelizmente, estudo.

Ao mesmo tempo, a relação tempo-espço, para a geógrafa, se mostra essencial no reconhecimento de rotinas e práticas na estrutura social. Gillian Rose (1993) ressalta a pressão sobre as mulheres quando assumem tarefas domésticas e emprego em um curto 'espço de tempo' e como isso dificulta ou limita as viagens das mulheres ao seu trabalho pago e/ou doméstico. Para Tavares (2015), as mulheres vivenciam um sistema familiar em que são as responsáveis pelo trabalho doméstico não-pago e o cuidado de crianças, pessoas idosas, doentes ou deficientes, mesmo sendo também trabalhadoras remuneradas. Suas práticas sociais e atividades reproduzem o sistema de dominação masculina, ou seja, o patriarcado. É possível afirmar que mesmo nos casos em que as mulheres são responsáveis pelo domicílio, tanto em famílias monoparentais quanto nas tradicionais (casal heterossexual), a maioria das mulheres são submetidas às responsabilidades e rotinas do espço doméstico.

Como consequência, Lefebvre (1970) relata que a prática espacial urbana vai se manifestando na extrema separação/dissociação dos elementos de sustentação da vida que se fragmenta na separação dos espços-tempos do dia a dia, deteriorando as relações sociais em uma cidade vivida como fonte de privação pelas restrições ao uso de uma sociedade desigual. Separação importante é aquela entre os locais de moradia dos locais de trabalho. Esta prática também concretiza a divisão casa-lazer e a centralização dos lazers na cidade. A vida cotidiana revela-se, assim, pela fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana em espços-tempos separados enquanto elementos autônomos da vida. Trata-se de características da segregação da cidade contemporânea, vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) como expressão da mercantilização do espço.

Um exemplo disso é a aplicação arbitrária da lei em situações em que é conveniente para o poder público. A ocupação Marielle Franco, como já mencionado anteriormente, localiza-se parte em um terreno público e parte em um terreno privado. A parte privada pertence ao empresário e deputado federal Hélio Costa, dono de muitas terras pela cidade. Recentemente, sua família tenta um acordo com a prefeitura para doar sua parte do terreno para o Estado e em troca ficaria livre de

todos os anos de IPTU daquele local. Seriam mais de 60 anos de isenção e 100 milhões de reais. A prefeitura ainda não aceitou a proposta, mas é possível ter uma ideia de como os instrumentos passam a ser manipulados pelos setores que dominam a produção do espaço, como o imobiliário, gerando mais uma vez riquezas para a classe dominante e desgaste para os movimentos populares ligados à terra e habitação. Maricato (2002) ressalta que isso torna a desigualdade urbanística cada vez maior e mais excludente, mas isso não funciona em qualquer localização, nas áreas valorizadas pelo mercado, a lei se aplica.

Segundo Lefebvre (1970), no plano do habitat se vive a cidade aos pedaços. O espaço urbano, tornado mercadoria, faz com que seu acesso seja determinado pelo mercado imobiliário. De um primeiro acesso, redefinem-se outros, por exemplo o acesso a bens e serviços urbanos. Um mundo de cisões se constitui e aponta para o fato de que a produção da cidade é uma atividade que envolve diferencialmente a sociedade. Essa diferença revela-se numa apropriação privada como função da distribuição da riqueza e da posse da riqueza gerada por ela sob sua forma privada, revelando a segregação. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Nesse sentido, a existência da propriedade privada da riqueza vai revelando uma função econômica como realização continuada de valor e uma função jurídica que a realiza enquanto direito inquestionável.

As ocupações, paradoxalmente à cidade, são espaços construídos a partir de múltiplas resistências cotidianas, marcadamente pelas contradições de gênero que a cidade, em seu sentido abstrato, insiste em negar, segregar e excluir. O seu lugar de moradia é o ponto de partida das práticas espaciais. Por isso, Tavares (2015) afirma que o *espaço generificado de resistência* é uma das camadas do modo de produção (coexistensivo) do espaço urbano, assim como outras que também se referem às formas dominantes e hegemônicas de produção do espaço. Se há práticas sociais (espaciais) de resistência frente às desigualdades de gênero, ali se constitui o *espaço generificado de resistência*, compondo de um lado a correlação de forças do modo de produção do espaço urbano no caminho do reconhecimento e da justiça, e de outro as resistências para garantir práticas hegemônicas.

Os moradores da ocupação temem que o referido acordo seja selado com a prefeitura, pois acreditam que governo joga sujo, se já acontece toda manipulação,

caos, demolições sendo uma terra privada de um proprietário particular, sem nenhum documento ou autorização para tal. Eles se perguntam o que pode acontecer caso a prefeitura domine por completo o espaço. Em contrapartida, também pensam com otimismo por causa do cadastro. A prefeitura, tendo a posse dessas terras, consegue levantar uma documentação cadastral de todos os moradores e suas casas, sendo possível para eles entrarem na fila oficial de direito à habitação social, como o programa Minha Casa, Minha Vida, que preferencialmente concede a titularidade do imóvel às mulheres. Porém, existe um limite de renda de até três salários mínimos para acessar esse direito. Isso quer dizer que mulheres com renda um pouco acima de quatro salários mínimos não têm o direito. (GOUVEIA, 2011, pp. 6-9). A escala de diferença de ganhos de possíveis beneficiárias do programa justificaria esta discriminação, questiona Tavares (2015).

A segurança da posse garantida a uns pode se caracterizar pela radicalização de injustiças para outros. Garantido entre aspas, porque sendo as mulheres mais vulneráveis economicamente por fatores socioculturais, a venda ou o repasse desse imóvel por possíveis dificuldades no provimento de sua família impõe a ela o risco de residir em condições anteriores ou ainda mais precárias, haja vista uma cidade cuja pressão especulativa atinge tanto o mercado imobiliário formal como o informal. Além disso, uma vez beneficiada por políticas sociais, o acesso ao mesmo benefício se dificulta, devido ao cadastro CadÚnico que, por sua vez, cria restrições à reincidência.

O processo de urbanização induzido pela industrialização produziu o habitat contra o habitar ao construir os grandes conjuntos habitacionais afastados de todos os serviços dos centros se fosse um depósito de trabalhadores e moradias precárias para o exército industrial de reserva. O habitat, segundo Lefebvre (1970), constitui-se nesse processo como o outro do habitar, como seu negativo. A construção do habitat em suas formas desprovidas de arte e de sentido do uso, com suas áreas exíguas e descaracterizadas, impõe um outro modo de acesso ao espaço urbano (LEFEBVRE, 1970).

O cidadão desprovido dos conteúdos de vida e daquilo que funda a cidadania continua se reproduzindo em uma luta constante que advém da consciência da privação. Questiona a redução de parcela significativa da sociedade reduzida à luta pela sobrevivência - reduzido às suas necessidades básicas (comer, beber, dormir). Nas lutas, revelam-se, também, as disputas pelo espaço da vida na cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação existente entre a percepção das lideranças femininas da ocupação Marielle Franco sobre a luta por moradia em Florianópolis e os espaços de resistência que elas ocupam foram mostradas através das entrevistas realizadas. Foi feita uma reflexão crítica sobre as contradições de gênero no espaço urbano, especialmente em áreas vulneráveis. Assim, compreende-se a relevância do presente objeto, e como esses processos de resistência ajudam a compreender o protagonismo e a importância do debate de gênero para desafiar os estudos urbanos e o próprio urbanismo.

A presença significativa de mulheres na base da liderança da ocupação Marielle Franco nos mostra que o fato de elas estarem em uma esfera doméstica também se torna um lugar de empoderamento. Isso quer dizer que justamente por elas estarem em um espaço doméstico que a casa e o direito por moradia digna se tornam uma luta tão importante para elas. Essas mulheres estão na batalha por moradia exatamente por esse motivo, para ter uma casa para si e para seus filhos, como foi possível perceber em todas as entrevistas, e é a partir disso que elas se empoderam e criam forças para lutar.

É por elas ocuparem primordialmente esse espaço que os programas como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida são políticas sociais que visam trazer equidade de gênero, porque as mulheres são as mais vulneráveis e, conseqüentemente, mais atingidas por essas políticas. É uma forma de conseguir mais igualdade.

A partir das análises apresentadas através da extensão deste trabalho, concluímos que o recorte de gênero no programa “Minha Casa, Minha Vida”, corresponde a um significativo avanço na vida da mulher da classe trabalhadora. Afinal, não se pode desconsiderar que a população beneficiária do programa agora tem a sua casa própria e em seu nome, apesar das mulheres da ocupação Marielle Franco ainda não terem suas moradias legalizadas por conta da falta de incentivo da Prefeitura Municipal. Por mais que o programa seja relevante pela notoriedade que possui e pelos investimentos que recebeu, - um aspecto inédito na história de programas de habitação popular no Brasil – ainda é possível notar muitos problemas e grandes lacunas como o caso da ocupação Marielle Franco.

Quando se olha a partir de uma outra lógica, percebe-se uma série de qualidades e soluções apresentadas pelas ocupações: resolução de uma parte do déficit habitacional e a existência de uma rede de solidariedade e de projetos comunitários que minimizam a lacuna do Estado. As ocupações são compostas por pessoas que ali nasceram e foram criadas, têm suas redes familiares, de amizade, de solidariedade. A visão não humanizada da ocupação gera uma política de segurança violadora dos direitos fundamentais. A atual política de segurança pública implementada pelo Estado é um dos impeditivos da realização do direito à moradia adequada previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

As entrevistas mostraram que as moradias da Marielle Franco são construídas pelas próprias famílias através de mutirões para escapar do aluguel e levam um longo período para ficarem prontas. A maioria permanece inacabada, sendo construídas cômodo por cômodo em função das disponibilidades e necessidades dos moradores. Todas as famílias pesquisadas consideram suas casas inacabadas, malgrado terem iniciado o processo construtivo há vários anos, e indicam que a obra teve de ser interrompida por desemprego ou diminuição da renda, denotando enormes sacrifícios para dar sequência à construção da moradia.

Vale reiterar que a escolha do local de moradia relacionava-se a fatores como acessibilidade ao trabalho e presença de laços de sociabilidade primária, parentes e conterrâneos que tornam a vizinhança uma rede de relações de proteção básica para enfrentar os desafios da cidade e de defesa das crises a que estão sujeitas as camadas pobres de população.

Nessa luta, existe resistência e enfrentamento policial, mas as mulheres também têm espaço de agência, como quando fizeram comida na pandemia para a comunidade e se unirão contra a força policial. Nessas situações, elas encontram uma voz. Assim, essas mulheres entendem a importância delas na participação do movimento pela conquista da moradia.

Analisando a história das mulheres da ocupação Marielle Franco, é possível afirmar que a ocupação é *locus*, processo e resultado de uma resistência que, ao mesmo tempo, é individual e coletiva. Desde a forma arquitetônica das casas até o modo como o tecido urbano se desenrola, releva-se os interesses de diversas dimensões. Segundo Tavares (2015), casa é uma expressão significativa das práticas espaciais de resistência que nos fazem entender as razões pelas quais as mulheres tornam-se protagonistas na resistência contra os despejos.

Outro ponto em comum que apareceu em todas as entrevistas foi o fato de elas terem vindo de outras cidades para Florianópolis a procura de uma vida melhor, com mais oportunidade de emprego. Foi constatado que as mulheres se encontram principalmente em setores de atividade econômica menos organizados e que elas são mais frequentemente constrangidas por “contratos” informais de trabalho. Portanto, elas estão mais expostas ao subemprego e ao desemprego, o que relaciona ao fato de as mulheres terem maior índice de desemprego dentre os próprios moradores da ocupação Marielle Franco.

Como foi discutido ao longo do trabalho, a segregação deriva de uma luta ou disputa de localização que se dá entre grupos sociais ou entre classes. A concentração de camadas mais ricas se acomoda onde é repleto de infraestrutura, enquanto as camadas mais pobres se localizam nos lugares que sobram, distantes de equipamentos e serviços.

Mesmo a ocupação estando em uma área central e perto de bairros desenvolvidos, o acesso do local é muito precário. A separação entre casa e trabalho pode não ser tão distante, entretanto o isolamento é bastante evidente pela falta de infraestrutura que lá existe (ou melhor, não existe). Isso também dificulta a chegada dos moradores ao local de trabalho, diminuindo seu tempo de estudo e lazer.

As mulheres quando assumem as tarefas domésticas e emprego num curto ‘espaço de tempo’, e de como isso dificulta ou limita as viagens das mulheres ao seu trabalho pago e/ou doméstico. Para Tavares (2015), as mulheres vivenciam um sistema familiar onde são as responsáveis pelo trabalho doméstico não pago e o cuidado de crianças, pessoas idosas, doentes ou deficientes, mesmo sendo também trabalhadoras remuneradas. Essas práticas sociais e atividades reproduzem o sistema de dominação masculina, ou seja, o patriarcado. É possível afirmar que mesmo nos casos em que as mulheres são responsáveis pelo domicílio, tanto em famílias monoparentais quanto nas tradicionais (casal heterossexual), a maioria delas são submetidas às responsabilidades e rotinas do espaço doméstico.

A ocupação Marielle Franco, como já mencionado anteriormente, localiza-se parte em um terreno público e parte em um terreno privado, sendo alvo de acordos entre a prefeitura e empresários em que os instrumentos são manipulados pelos setores que dominam a produção do espaço, como o imobiliário, gerando mais uma vez riquezas para a classe dominante e desgaste dos movimentos populares ligados à terra e habitação. Essas omissões atingem diretamente a dignidade humana e

infringem, por consequência, os deveres constitucionais impostos a todos os entes federativos de defender e preservar o meio ambiente. A aplicação arbitrária da lei em situações em que é conveniente para o poder público é muito comum, e na ocupação as moradoras trazem muito essa questão para debate.

Não se trata apenas de reivindicar o acesso a serviços e infraestruturas de uso coletivo de qualidade, mas também o desejo de os transformar para recuperar a condição de sujeitos de sua própria história e estabelecer novas relações de cooperação. A segunda onda do feminismo provocou uma expansão das fronteiras entre o público e o privado, contribuindo para a ampliação do sentido das lutas pelo direito à cidade. Expôs também a necessidade de coletivizar a parte do trabalho reprodutivo que tem sido escanteado para a vida doméstica e deslocado sobre os ombros da população feminina. Ainda que a mulher exerça trabalho remunerado externo ao lar, o seu salário é tratado como suplementar ao do homem e, portanto, não garante autonomia e estabilidade financeira. Portanto, formaram-se lutas contra as expectativas de cumprimento de papéis sociais que reificavam uma ordem de gênero desfavorável às mulheres, uma vez que as colocam posição de subordinação.

Os espaços vividos cotidianos são negligenciados como locais políticos, e o planejamento urbano que se desenvolveu na década de 1970 demonstrou como os responsáveis criaram ambientes de gênero que são predominantemente adequados às necessidades de homens e da família heteronormativa. Os debates em torno do pertencimento dentro da cidade têm procurado revigorar e reivindicar a vida urbana como fonte de inclusão e ação política, apontando para a habitação e a ativação de pertencimento através de várias formas de movimento dentro do espaço, como é o caso das mulheres dentro da Marielle Franco.

As narrativas e as trajetórias de vida das lideranças femininas do movimento da Marielle analisadas ajudam a compreender o processo de ocupação, luta e resistência, mostrando as desigualdades de gênero na cidade de Florianópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Miriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

BEEBEEJAUN, Yasminah (2017) **Gender, urban space, and the right to everyday life**, *Journal of Urban Affairs*, 39:3, 323-334, DOI: 10.1080/07352166.2016.1255526.

BOULOS, Guilherme Castro. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionados à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608>.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. **Spaces of Neoliberalism: urban restructuring in North América and Western Europe**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2002.

BRITES, Walter Fernando. **La ciudad en la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado-céntrico y desigualdad socio-espacial en América Latina**. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. 2017, vol.9, n.3, pp.573-586.

CALHEIROS, Fernando Vonsowski. **Terra, trabalho e teto: movimento de ocupação Amarello de Souza e a luta por reforma agrária popular na região da Grande Florianópolis**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais, Florianópolis, 2016.

CALHEIROS, Fernando Vonsowski. **Ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa pela terra em Florianópolis: O caso das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Em Geografia, Florianópolis, 2020.

CANELLA, Francisco. **O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2014)**. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016.

CANELLA, Francisco. **Os movimentos de luta pela moradia em Florianópolis**. In: Elenita Malta Peireira; Rose Elke Debiasi. (Org.). *Movimentos sociais e resistência no Sul do Brasil*. 1ed.Curitiba: Appris, 2020, v. 1, p. 121-148.

CANELLA, Francisco. **Trajetórias Migrantes e Conflitos Urbanos na Grande Florianópolis (BRASIL, 2012-2016)**. III Seminário internacional de História do tempo presente. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, A. (Org.). **Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “**Urbanização da sociedade: questões para o debate**”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes e CORRÊA, Aurenice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o mundo: especialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro, CLACSO/FAPERJ, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1a ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, G.M.; COSTA, H.S. De Moura; MONTE-MÓR, R. L. De Melo. (Orgs.) **Teorias e Práticas Urbanas**. Condições para a Sociedade Urbana. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015.

CUENYA, Beatriz. and CORRAL, Manuela. **Empresarialismo, economía del suelo y grandes proyectos urbanos: el modelo de Puerto Madero en Buenos Aires**. EURE (Santiago) [online]. 2011, vol.37, n.111, pp.25-45.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 2000.

DREYER, Mariza. **As chuvas de novembro de 2008 no maciço do morro da cruz, Florianópolis/SC e as ações do poder público**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRASER, N. 2006. **Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era ‘Pós-Socialista’**. Revista dos Alunos de Pós-graduação em Antropologia Social da USP [Em linha], vol. 15, 231-239. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações **Déficit habitacional no Brasil 2013: Resultados Preliminares - Nota Técnica** – Belo Horizonte, 2015, 126p. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 07 Fev.2021.

GALVANESE, Carolina Simões. **Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente**. Tese

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo – SP, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia**. São Paulo, SP. Edições Loyola, 1991.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2a ed. São Paulo. Edusp, 1997.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. In. Espaço e debates, n.6, 1982.

HARVEY, David [et al]. **Occupy**. Tradução João Alexandre Peschanski [et al]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HARVEY, David [et al]. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries Históricas e Estatísticas: Taxa de Urbanização 1940-2010**. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/> Acesso em 10/02/21.

JONES, A. N.; LARKHAM, P. J. **Glossary of urban form**. Norwich: Geo Books, 1991. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/glossary/online.html>>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução: Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

LEVY, Charmain. **Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, n. 63, Jul./Dez. 2013.

LIMONAD, Ester. **Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando?** In Costa, G.M.; Costa, H.S. De Moura; Monte-Mor, R. L. De Melo. (Orgs.) Teorias e Práticas Urbanas. Condições para a Sociedade Urbana. Belo Horizonte: Com Arte, 2015.

MACIEL, Everardo. **A crise do planejamento brasileiro**. Revista do Serviço Público. Brasília: DF, v. 117, no 1, p. 37-48, jun./set.1989.

MARICATO, Ermínia; [et.al.]. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MELLO, Neli Aparecida. **O Eixo Araguaia-Tocantins: uma possibilidade de ordenamento territorial?** In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano - regional*. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

MERCÊS, Maria Luiza Freire. **DIREITO À MORADIA SOB A LENTE DA INTERSECCIONALIDADE: Reflexões críticas sobre a habitação das mulheres a partir da experiência da TETO em comunidades e a necessidade de repensar o Direito e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, 2017. Monografia, Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

MIOTO, B. T. **“Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI”**, In: Revista NECAT, Ano 1, nº 1, Jan-Jun 2012, p.31-36.

MIRANDA, Maria Júlia. **SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: INTERVENÇÃO PRA QUEM?**. In: BELLO, Enzo; PAROLA, Giulia; TOLEDO, Bianca Rodrigues (Orgs.). **Direito à Cidade: regularização fundiária**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/34937158/Direito_À_Cidade_regularização_fundiária>. ISBN: 9788559966176.

NACIONES UNIDAS. **Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU-HABITAT)**. Declaración de Estambul sobre los Asentamientos Humanos. Disponível em: <<http://www.un/habitat/agenda/espanol/ist-decs.html>>. Acesso em: 07 Fev. 2021.

ND, Redação. **Moradias improvisadas no Alto da Caieira, em Florianópolis, são demolidas**. 5 ago 2020. +Lidas. Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/prefeitura-demole-tresmoradiasimprovisadas-no-alto-da-caieira-em-florianopolis/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Anne Nimrichter. **Cidade, Mulher e Educação: O papel feminino na luta pela ocupação dos espaços sociais a partir da participação como forma de resistência (um estudo empírico da ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo Do Campo)**. In: BELLO, Enzo; PAROLA, Giulia; TOLEDO, Bianca Rodrigues (Orgs.). **Direito à Cidade: regularização fundiária**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/34937158/Direito_À_Cidade_regularização_fundiária>. ISBN: 9788559966176.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é Neoliberalismo?"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

PIRES, Roberto Rocha C.; AMARAL, Lucas Alves; SANTOS, José Carlos dos. **Planejamento governamental e participação social: encontros e desencontros na experiência brasileira recente**. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). Planejamento estratégico governamental em contexto democrático: lições da América Latina. Brasília, DF: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2014. Disponível em: <http://accountabilityadmpublica.wikispaces.com/file/view/Planejamento+estrategico+governamental+-+licoes+America+Latina.pdf>.

RANDOLPH, Rainer. **Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo"**: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia e ciências sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, no. 245, 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>

RIBEIRO, Edaléa Maria. **A Política de Habitação Popular no Brasil em tempos de Globalização Neoliberal**. III Jornada Internacional De Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. Ed São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Jéssica Gomes. **"MINHA CASA, MINHA VIDA": POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA PARA AS MULHERES?**. 2017.

SCHWARTZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. In: Ao vencedor as batatas, 5a ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2000.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL, **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Rev. 4. Setembro de 2010. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_09_2010_17.30.11.14381dca035194b8e0dae9a22f3f2603.pdf Acesso em: 07 Fev. 2021.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. **Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 245-265, jan/abr 2018.

SOUZA, Vitor Helio Pereira. **O transporte rodoviário no Brasil: algumas tipologias da viscosidade. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, vo. 14, no. 331, ago. 2010. Disponible em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-21.htm>.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis, Editora da UFSC, 2015.

TAVARES, Rossana Brandão. Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidademercadoria. **XVI ENANPUR - Espaço, planejamento e insurgências**: Belo Horizonte, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.